



Ana Catarina Fonseca Nobre

O PAPEL DA ADAV NA VIDA DAS FAMÍLIAS QUE ACOMPANHA

Orientador de estágio: Professor Doutor Paulo Peixoto

Relatório de Estágio no âmbito do  
Mestrado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ana Catarina Fonseca Nobre

# O papel da ADAV na vida das famílias que acompanha

Relatório de Estágio em Sociologia, apresentado à  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Paulo Peixoto

**Foto da capa:**

Pixabay | cruz darocha2 | <https://pixabay.com/pt/m%C3%A3e-beb%C3%AA-cochilo-amor-2152464/>

Coimbra, 2017

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Enquadramento teórico.....	4
1.1 - A ADAV enquanto IPSS .....	4
1.2 - Pobreza e Exclusão social.....	7
1.3 - A intervenção social.....	10
1.4 - Problemáticas .....	13
Capítulo 2 – Funcionamento da ADAV .....	17
2.1 - Objetivos .....	17
2.2 – Utentes acompanhados.....	18
2.3 - Como se processa o acompanhamento .....	19
2.3.1 - Campos de ajuda cobertos pela ADAV .....	21
2.4 - O Voluntariado .....	22
2.5 - Parcerias.....	25
2.6 - Encaminhamentos.....	26
Capítulo 3 – Projetos e atividade da ADAV.....	28
3.1 - O Banco da Maternidade e da Criança.....	28
3.2 - O Projeto “A Bolachinha” .....	29
3.3 - O projeto “Mãe e Pai Coragem” .....	31
3.4 - Outras atividades.....	34
Capítulo 4 – Metodologia .....	37
Capítulo 5 – Envolvimento na ADAV durante o estágio.....	39
5.1 - Contributo no gabinete de voluntariado .....	39
5.2 - Arrumação e organização de donativos, bens alimentares, vestuário, higiene e puericultura.....	40
5.3 - Dinamização de atividades lúdicas .....	43
5.4 - Dinamização de sessões de informação/sensibilização .....	47
5.5 - Análise do dossier da SEDE.....	58
Conclusão.....	61
Referências bibliográficas .....	64

## **Resumo**

Para obtenção do grau de Mestre em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, realizei um estágio na Associação de Defesa e Apoio à Vida. A primeira parte deste relatório será dedicada a uma breve apresentação da Associação, quais são os seus valores, a sua missão e os seus objetivos em concreto. Seguidamente, serão abordados conceitos e aspetos mais teóricos que enquadram as problemáticas do estágio e o trabalho que é desenvolvido na Associação, designadamente conceitos como *Pobreza*, *Exclusão Social*, *Voluntariado*, *Intervenção Social*, entre outros, e que, neste contexto, é fundamental problematizar e esmiuçar. Em seguida, serão referidas as ferramentas metodológicas usadas, sendo que isto nos leva à última parte. Estas ferramentas metodológicas são fulcrais para conseguir entender todo o trabalho que é desenvolvido na ADAV, bem como a forma e as condições em que é realizado. Para além disto, irei discriminar as atividades que foram desenvolvidas durante o meu período de estágio e nas quais eu participei ativamente.

## **Abstract**

To obtain a Master's degree in Sociology at the Faculty of Economics of the University of Coimbra, I completed an internship at the Associação de Defesa e Apoio à Vida. The first part of this report is devoted to a brief presentation of the Association, what are the values, the mission and the concrete objectives. Then, concepts and more theoretical aspects that are the basis for my study and work in the development of the Association are discussed, especially concepts such as *Poverty*, *Social Exclusion*, *Volunteering*, *Social Intervention*, among others that are fundamental to understand. Next, will be mentioned which are the methodological tools used, which brings us to the last part. These methodological tools are important to achieving all the work that is developed in ADAV, as well as the form and under what conditions it is realized. In addition, I will describe what activities were developed during my internship period and where I actively participated.

## **Siglas**

**ADAV** – Associação de Defesa e Apoio à Vida

**BMC** – Banco da Maternidade e da Criança

**IPSS** – Instituições Particulares de Solidariedade Social

**IAC** – Instituto de Apoio à Criança

## Introdução

O estágio que enquadra este relatório foi realizado no âmbito de Mestrado em Sociologia ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O local onde o estágio se realizou foi a Associação de Defesa e Apoio à Vida (ADAV), situada na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº27, Coimbra. Decorreu no período de 7 de novembro de 2016 a 13 de março de 2017, correspondendo a 500 horas de permanência na entidade, e realizou-se durante o horário de trabalho diurno normal das trabalhadoras da Entidade de Acolhimento.

A ADAV é uma Associação não confessional e não partidária e tem como finalidades principais o apoio à família, a defesa e a promoção da vida humana, bem como da dignidade da mulher.

Considerando objetivos gerais, a realização de um estágio estava desde o início nos meus horizontes, na medida em pretendia concretizar uma experiência que permitisse a junção da componente prática (estágio), à componente teórica (formação académica). Esta via pode aumentar as hipóteses de empregabilidade, uma vez que a experiência laboral é muito valorizada para adquirir e desenvolver competências que se tornem uma mais valia aquando da tentativa de entrada no mercado de trabalho; adquirir conhecimentos e práticas de trabalho; melhorar a capacidade de trabalhar em equipa, ao trabalhar com outros técnicos de outras áreas académicas; aprofundar conhecimentos teóricos e práticos, adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado; conhecer melhor os utentes da instituição e desenvolver conhecimentos relacionados com as temáticas e as áreas de intervenção da ADAV.

Considerando os objetivos específicos do estágio, é importante realçar os seguintes: compreender a realidade social dos utentes da ADAV e as suas dificuldades e necessidades; compreender o funcionamento da equipa multidisciplinar da ADAV; promover o desenvolvimento de competências específicas das mães e pais acompanhados pela ADAV, em áreas como o emprego, a gestão da vida diária e a parentalidade; colaborar nas atividades desenvolvidas na Associação.

A ajuda prestada pela Associação de Defesa e Apoio à Vida é considerada a temática principal e geral do meu estágio. No entanto, é necessário referir que esta ajuda engloba várias vertentes. Associações como a ADAV são muito importantes para a economia do país, principalmente na fase em que este se encontra, pois para além de proporcionarem uma melhoria na qualidade de vida da população, também criam postos de trabalho que vão influenciar a economia positivamente.

Se o papel das IPSS já era incontornável na sociedade portuguesa, devido às mudanças profundas provocadas pela grave crise económica e social que se fiz sentir, a importância destas mesmas ganhou uma nova dimensão. As situações alarmantes tornaram-se cada vez mais recorrentes e as entidades que podem ajudar são cada vez mais procuradas.

As IPSS, tanto de forma isolada como em colaboração, têm vindo a empenhar-se no combate a situações de carência e de vulnerabilidade, sendo importante referir que, certamente, sem o contributo destas entidades, o panorama de agravamento das condições sociais seria ainda pior. Ainda assim, os desafios colocados a estas associações aumentam de dia para dia. Não só no que toca à capacidade em dar retorno positivo ao aumento de necessidades crescentes, mas também no que toca ao financiamento das IPSS, uma vez que a escassez de recursos públicos é cada vez mais premente.

A solidariedade, a proteção social e a necessidade de cuidar dos/as outros/as, são conceitos que vêm sendo debatidos ao longo dos séculos. Isto porque a preocupação institucional com as necessidades sociais da população em geral, e mais especificamente com os grupos mais desfavorecidos, tem sido também uma preocupação constante ao longo do tempo, fazendo-se notar com a emergência de políticas públicas dirigidas a enfrentar fenómenos heterogéneos e complexos.

As IPSS assumem uma importante responsabilidade perante a sociedade, uma vez que têm de garantir que as necessidades dos utentes são satisfeitas. Assim, estas instituições devem transmitir aos utentes um clima de segurança, de afetividade, de compaixão, visando uma articulação estreita com as pessoas acompanhadas. No entanto, também é importante que as instituições e associações desenvolvam cuidados ao nível das relações de proximidade, de forma a abarcar a individualidade e personalidade de cada pessoa, por um lado, e criar um ambiente que facilite a interação e a resolução de problemas, por outro.

Sendo que o apoio que a ADAV presta é direcionado para mães e/ou pais que tenham no seu agregado crianças ou bebés e estejam em situação de vulnerabilidade, a temática *Pobreza* não pode deixar de estar incluída no âmbito da sua atuação.

A partir do final do século XIII e início do século XIV, com o êxodo rural emergente, a pobreza começou a mudar de face, passando a ser uma pobreza endémica. Deste modo, o número de pessoas que necessitam de ajuda e apoio aumenta constantemente, conduzindo à necessidade de haver instituições e associações especializadas para a assistência a estas pessoas. “O conceito de pobreza é o mais antigo e foi, durante muito tempo, associado à insuficiência de rendimentos e/ou de consumos (bem-estar/material), tendo evoluído nas últimas décadas, em função de um melhor conhecimento das suas manifestações nas sociedades contemporâneas” (Silva, 2000) e alargando-se, centrando-se atualmente na ausência de recursos, entendidos numa perspetiva multidimensional, ou seja, incluindo os de natureza económica, social, cultural, política e ambiental.

Em Portugal, assim como noutros países do mundo, a pobreza é um fenómeno que sempre existiu e que tem tendência para se agravar ao longo dos tempos, sobretudo devido ao aumento das desigualdades. Ainda assim, o conceito de pobreza ainda é muitas vezes simplificado, distorcido ou mal interpretado. Os últimos anos foram críticos

em termos de aprofundamento da crise económica e social que afeta de uma forma mais intensiva a população portuguesa em risco de pobreza e exclusão social. Muitos/as cidadãos/ãs vivem em condições nada dignas de uma condição humana aceitável e outra parte não considera as suas necessidades básicas (educação, saúde, habitação, justiça, emprego e proteção social) satisfeitas. Segundo o INE (2017), em 2016, 2595 residentes encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social.

Os utentes da ADAV são essencialmente, famílias multiproblemáticas, que são descritas na literatura e na prática profissional como um dos grupos populacionais mais difíceis de ajudar devido às exigências e à complexidade inerente ao processo de intervenção com esta população. E também à ausência de respostas consolidadas que se mostrem eficazes neste campo. Os problemas têm, eles próprios, uma função no seio da família, o da manutenção de um equilíbrio homeostático. As famílias são percebidas como tendendo para a estabilidade, o que as torna resistentes à mudança, a qual tem de ser induzida de fora.

Apesar de o conceito de famílias multiproblemáticas não estar obrigatoriamente ligado ao conceito de pobreza, a realidade das famílias acompanhadas pela Associação é, de facto, marcada pelo efeito de serem famílias pobres.

A situação de vulnerabilidade social das famílias pobres, encontra-se ligada à miséria estrutural que foi agravada pela crise económica, atingido os homens e as mulheres com situações de desemprego e de subemprego. As famílias deparam-se com dificuldades para cumprir satisfatoriamente as suas obrigações e tarefas básicas, criando-se assim situações de vulnerabilidade. Uma vez que a situação económica é um dos fatores que mais contribui para a desestruturação das famílias, é necessário que a vida familiar tenha condições para a sua sustentação e para a manutenção dos seus vínculos.

Na ADAV, a intervenção é centrada nas relações familiares e é direcionada para a resolução de problemas existentes nas famílias, com o objetivo de compensar as suas fragilidades. Assim, a família é encaminhada para diferentes técnicos/as ou serviços especializados, que lhes oferecerão um serviço especializado em função de cada problema apresentado, enfatizando o papel das competências dos/as profissionais.

Para ajudar as famílias a serem ativas no processo da mudança, não será suficiente apenas identificar os fatores positivos nessa família (Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006), mas é importante considerá-la capaz e detentora de poder para mudar. Deste modo, o ponto de partida para uma intervenção, que visa o empoderamento da família, deve consistir no reconhecimento da resiliência e da capacidade de mudança na família, e não apenas na identificação dos fatores positivos e dos problemas apresentados por ela.

Imber-Black (1988) refere que são os sistemas sociais que estão organizados por áreas de necessidades e que, quando a família chega a esses serviços, os seus problemas são identificados. Assim, são os sistemas de apoio formal que definem o

problema. Ou seja, as redes secundárias têm categorias de problemas pré-definidos onde encaixam as famílias e os problemas (Sousa, 2004).

A relação entre as famílias multiproblemáticas e os serviços é influenciada, por um lado, pelos padrões relacionais da família, que estão relacionados com a sua história e com os seus padrões atuais de relação. E, por outro lado, pela perspectiva deficitária dos serviços de apoio que aponta para a especialização; ou seja, cada instituição atua numa área problemática e cada técnico tem a seu cargo uma função específica.

## **Capítulo 1 - Enquadramento teórico**

### **1.1 - A ADAV enquanto IPSS**

Segundo Nunes (2001), o Terceiro Setor assumiu a função de dar resposta às necessidades de bens públicos ou semipúblicos das camadas mais desfavorecidas, visto que o Estado deixou de ter capacidade de dar essa resposta. Esta perda de funções deve-se ao facto de ter passado a haver uma maior preocupação com o crescimento económico, o que se traduziu num decréscimo da preocupação com a área social.

Assim, as organizações do Terceiro Setor são importantes para a economia nacional, visto que criam postos de trabalho e dão resposta às necessidades básicas da população, desempenhando um papel de complementaridade das responsabilidades do Estado. As organizações do Terceiro Setor emergem e mantêm-se devido à forte valorização das relações de comunidade e de entreajuda. Vão desde associações de solidariedade social, passando por associações de voluntários, cooperativas, até associações de desenvolvimento local, etc. Todas elas têm como objetivos comuns o bem-estar social, a solidariedade e o desenvolvimento local.

No que se refere às Instituições Particulares de Assistência, com origem no Estado Novo, a sua inclusão deu-se no campo da proteção social. Estas organizações foram integradas no sistema de segurança social na Constituição de 1976 no artigo 63, como indica o nº3:

“A organização do sistema de segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado”

A ADAV foi constituída em 1999, mas só foi reconhecida como IPSS em 2000. As IPSS são empresas sociais que oferecem à população serviços de proximidade muito diversificados. As empresas do setor social são caracterizadas através dos seus aspetos estruturais e do seu funcionamento. São consideradas ideais as empresas sociais que cumprem os seguintes requisitos: são criadas por uma iniciativa coletiva, têm como finalidade o apoio à comunidade, apresentam uma orientação, apresentam



uma gestão democrática e têm uma prestação continuada de bens e/ou serviços individualizados (Lucas & Pereira, 2009).

Nos últimos anos, o apoio do Estado tem estagnado e é possível que possa vir a ser muito inferior a curto ou médio prazo. Desta forma, torna-se fundamental a ação da Sociedade Providência (famílias, grupos sociais, comunidades territoriais, IPSS e outras organizações) para complementar a ajuda fornecida pelo Estado em algumas áreas sociais. Neste âmbito, o Terceiro Setor tem vindo a desempenhar um papel importantíssimo, uma vez que as organizações prestam serviços mais eficazes porque têm conhecimento, experiência e competência direta com as pessoas. Têm facilidade no acesso à comunidade, permitindo oferecer serviços estritamente direcionados para as necessidades do/a utilizador/a.

Movemo-nos num contexto em que, *grosso modo*, o Estado não é capaz de responder eficazmente a uma procura de serviços diferenciada e em que o mercado não é capaz de produzir bens públicos. As IPSS e a generalidade das associações permitem uma maior integração social, sustentam-se na cooperação e não na competição, permitindo, por essa via, uma maior participação (Melo, 2005).

As IPSS tiveram a sua origem nas comunidades dos cidadãos, tentando dar resposta aos problemas reais dos cidadãos mais desprotegidos e desfavorecidos, onde os serviços públicos, muitas vezes, não chegam. Lutam pela inclusão e pela devolução da dignidade das pessoas. Sendo que o fazem, frequentemente, dentro de uma matriz ideológica que remete para a sua natureza ou missão. Durante séculos, nas diferentes formas e designações que assumiram, as instituições “do social” foram uma instância fundamental de proteção social. No entanto, a partir do século XX, evoluíram para um papel diferente, mantendo ou aumentando, mas sobretudo diversificando, as suas atividades. A mudança traduziu-se no facto de o Estado assumir a responsabilidade política pela proteção social, sendo que, para desempenhar esse papel, o Estado se ancorou em boa medida no trabalho das IPSS, monitorizando a sua atividade e assegurando uma parte do financiamento. Assim, resultou um acordo para o desenvolvimento da ação social, as instituições sentiram-se apoiadas pelo Estado para a prestação de serviços e, ao mesmo tempo, procuraram manter a sua identidade e missão próprias.

Uma IPSS deve ter uma estrutura que esteja de acordo com a sua missão e os seus valores fundadores. Deve identificar as áreas que necessitam de mais atenção. Definir de que modo todas as áreas em que opera se podem relacionar entre si. Delimitar responsabilidades para cada trabalhador/a ou papel funcional. Diminuir as possibilidades de risco, quer em relação às suas ações, quer em relação aos/às profissionais. Avaliar o desempenho individual e coletivo da equipa. Promover a motivação dos/as seus/suas colaboradores/as. Aperfeiçoar as metodologias utilizadas. Aumentar o conhecimento das competências e entender quais são as que têm de ser atendidas, num contexto em que é forçoso estabelecer prioridades e antecipar momentos críticos. Desta forma, a IPSS irá ser valorizada e reconhecida junto da

comunidade, e designadamente por aqueles a quem a sua intervenção se dirige especificamente.

Tendo em conta a crise financeira e económica, coloca-se o desafio de se poder manter o nível de financiamento às IPSS, de forma a garantir, por via deste tipo de instituições, a proteção social mínima. Ainda assim, a dependência financeira das IPSS em relação ao Estado parece ser uma questão incontornável, observando-se uma fraca capacidade na produção de receitas próprias e de autossustentação.

O financiamento de algumas Associações depende fortemente do financiamento do Estado para a prossecução dos seus objetivos estatutários. Por força da Constituição da República Portuguesa (nº5, art.º 63), compete ao Estado “apoiar e fiscalizar, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social”.

Para além disto, as IPSS podem receber apoios financeiros do Estado, através de programas e medidas adequadas. Eventualmente também dos municípios onde atuam, uma vez que, por regra, estes promovem programas de apoio às Associações.

Devido à crise económica e financeira e às recentes reformas que ocorreram no setor do Estado, o que existia de Estado Providência diluiu-se. A intervenção da Troika em Portugal centrou-se no combate ao deficit e conferiu reduzida importância às situações de pobreza. Neste contexto, o índice de Pobreza e a Exclusão Social tenderão a aumentar, sendo expectável que a Sociedade Providência seja convocada para colmatar lacunas por via, sobretudo, das IPSS e de outras organizações que integram a Economia Social e Solidária.

Desta forma, a conclusão recorrente é a de que o financiamento público deve ser aumentado, prevenindo sobrecargas extraordinárias para as Associações, dificultando a sua viabilidade económica e financeira, bem como a prestação dos seus serviços sociais aos que mais necessitam.

A pobreza e a exclusão social em Portugal constituíram, desde a fundação da nacionalidade, um problema de difícil resolução. Portanto, de uma forma ou de outra, estas duas realidades e estes dois conceitos sempre existiram em Portugal.

Dado o contexto atual Português, o papel das instituições de solidariedade social reveste-se de uma importância fundamental. Sousa (2011) verifica que a partir de 1995 as IPSS assumiram um papel fulcral, não só ao nível da satisfação das necessidades sociais da população, mas tendo também uma importância direta na economia portuguesa. Num contexto de crise económica e social, perante as respostas sociais existentes, é necessário fazer emergir novas necessidades sociais que respondam às solicitações dos indivíduos. A violência, o desemprego, as dificuldades financeiras, entre outras, são necessidades recorrentes e que implicam a criação de novas respostas sociais e novas formas de atuação das IPSS.

Desta forma, torna-se impossível não trazer à tona o conceito de pobreza, que tem como premissa o seguinte: a pobreza verifica-se sempre que a estrutura social não permite que todos os membros participem nas condições de vida disponíveis e tem como consequências, muitas vezes, uma fragilidade na inserção social que se exprime em diversos domínios (Sousa, 2005).

Atualmente, o problema da pobreza é extremamente grave e de difícil resolução, face à conjuntura económica e social e à incapacidade do Estado Providência para reduzir de forma significativa os problemas relacionados com a sua viabilidade económica e financeira.

## **1.2 - Pobreza e Exclusão social**

A exclusão resulta de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade, opondo-se claramente à noção de integração social (Capucha, 2000).

A noção de exclusão social pode ser entendida como um mecanismo que faz com que um indivíduo ou família, independentemente do seu esforço, esteja limitado em ascender socialmente. Este fenómeno está ligado a mecanismos institucionais, políticos e culturais que colocam restrições à mobilidade social.

Ao nível da exclusão podemos encontrar fenómenos sociais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros fenómenos. Numa situação de exclusão verifica-se uma falta acentuada de recursos, sejam eles materiais ou sociais. O que significa que, nas sociedades modernas, pobreza e exclusão se reforçam mutuamente.

A pobreza é uma das dimensões mais visíveis da exclusão social. No entanto, é necessário definir cada uma delas como conceito individual.

“O conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspetos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social” (Pereirinha, 1992).

A pobreza e a exclusão social são resultado das desigualdades no acesso à participação social a partir dos mais diversos recursos, sendo que estes ultrapassam a esfera económica, enquadrados também na esfera cultural, social e simbólica dos atores sociais, na ausência de valores como o reconhecimento, o respeito e a valorização. No atual contexto económico e social, está associado à pobreza um “estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade de todos os que a diferenciam” (Paugam, 2003).

Os problemas que advêm das situações de pobreza e de exclusão social têm sido constantes ao longo das últimas décadas e, apesar dos esforços, é possível ver a persistência das suas formas e o surgimento de novas revelações e modalidades. Mesmo tendo em conta que os serviços e equipamentos sociais disponibilizados pelas instituições de solidariedade são também meios e instrumentos de reparação e de prevenção de situações de carência e de exclusão, bem como da integração das pessoas.

O conceito de exclusão ultrapassa o pequeno intervalo de políticas de inserção no mercado de trabalho, políticas que têm um impacto questionável em noções gerais de inclusão. Vai além da descrição da privação de recursos, podendo representar uma mudança da forma como olhamos a privação em termos de atributos individuais e no sentido de mecanismos, atores e instituições. Assim, torna possível a discussão de desigualdade, que é ultrapassado pelo conceito de desigualdade. No entanto, a análise das categorias sociais desfavorecidas tem um elo de ligação com os conceitos de pobreza e de exclusão social. Pode-se relacionar os três conceitos e, a partir dessa relação, abordar a exclusão no mercado de trabalho ou a precariedade, os baixos níveis de rendimento, as carências habitacionais, a baixa escolarização e as qualificações reduzidas, bem como a tendência para uma fraca participação política e social.

Como assinalado, a pobreza em Portugal não é um fenómeno recente, mas sim um problema que nos tem atingido, de um modo particular, nas últimas décadas. O próprio conceito de “pobre” tem sofrido alterações. “Ser pobre corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada, não só nas condições materiais da vida, mas também nas tradições culturais e nas relações interpessoais entre grupos e instituições” (Almeida *et al.*, 1992). É uma privação em relação a um conjunto de recursos sociais fundamentais, que se traduz por uma ausência de satisfação de necessidades básicas, uma vez que as condições de vida a que estão sujeitos/as atentam contra os direitos da pessoa humana e contra os direitos das crianças em particular (Costa, 1998).

Bruto da Costa *et al.* (2008), constatou que praticamente metade das pessoas e dos agregados residentes em Portugal experienciaram, em algum momento, uma situação de pobreza ao longo de um período de seis anos analisados. Para além disso, mais de metade desses agregados esteve numa situação de pobreza durante três ou mais anos.

Quando se abordam as causas da pobreza, para além de se contemplar a dimensão dos rendimentos, há que considerar a dimensão do acesso ao mercado de bens e serviços, nomeadamente àqueles que, de certa forma, estão protegidos dos mecanismos de mercado, entre os quais se perfila, à cabeça, o sistema educativo. Há uma forte relação entre o nível de escolaridade atingido pelos pobres e a idade em que começaram a trabalhar, sendo que esse nível é tanto mais baixo quanto mais cedo as pessoas entraram no mercado de trabalho; isto é, a tendência é que quanto mais cedo

se começa a trabalhar, menor é o nível de estudos que se completa e mais possibilidades se tem em ficar inserido num patamar de pobreza. Este é, sem dúvida, um dos ciclos mais viciosos e reconhecidos da pobreza: uma pessoa pobre tem um baixo nível de educação por ser pobre e é pobre por ter níveis baixos de escolaridade. Por outro lado, outro ciclo reproduzido é o que conduz aqueles/ as com baixos níveis de educação a situações profissionais menos vantajosas. Daqui decorre que a pobreza persista ao longo de toda a vida, mas também ao longo das gerações, com exceções claras.

Como tal, parece claro que a pobreza em Portugal, mais do que uma realidade conjuntural ou marginal da sociedade portuguesa, assume antes características de um problema social estrutural e extenso.

Bauman (1999) assinala que a pobreza se agrava com o crescimento económico da sociedade e intensifica-se com a recessão e a destruição do Estado Providência. Reforça também a ideia de que a pobreza não se reduz à falta de comodidades e ao sofrimento físico; isto é, a pobreza conduz a uma plêiade de consequências ou de privações. Abrange diversos domínios das necessidades básicas, tais como a alimentação, vestuário, condições habitacionais, condições de trabalho, possibilidade de escolha e saúde. A condição de ser pobre conduz a várias exclusões, não só no domínio do consumo de bens materiais essenciais, como na esfera cultural, no acesso ao conhecimento e da participação em redes de relacionamento socialmente diversificada. É igualmente uma condição social e psicológica, dado que a impossibilidade de alcançar os padrões estabelecidos pela sociedade é, em si mesma, geradora de angústia e mortificação. Ser pobre significa estar excluído do que se considera uma vida normal, é não estar à altura dos outros/as, gerando assim sentimentos de vergonha ou de culpa. A pobreza implica também ter fechadas oportunidades de fruir a vida.

A pobreza passou a ser vista como um problema social apenas quando as sociedades ocidentais mais desenvolvidas passaram a implementar o Estado de Bem-Estar Social. Em resposta a estas necessidades surgem organizações sem fins lucrativos que intervêm no combate à pobreza em áreas como a saúde, a educação e/ou a habitação. A pobreza é o principal fator da exclusão social. No entanto, pode haver pobreza sem exclusão social. Em resposta à exclusão social, e ao consequente aumento das necessidades sociais, têm surgido um pouco por toda a Europa, algumas respostas sociais que se constituem como soluções inovadoras, visando a coesão social. Exemplo disso é o crescimento do número de IPSS.

A crise pode constituir um ponto de viragem para as famílias, levando a uma mudança nos seus padrões funcionais e estruturais, conduzindo esses padrões no sentido de um possível melhoramento do modo como funcionam. Mas também pode surtir um efeito contrário. Isto é, qualquer que seja a intensidade da crise, esta é sentida, na maior parte das vezes, como ameaçadora, visto que traz consigo a imprevisibilidade e a transformação do modelo de relações controladas pelo seio familiar. Assim, a crise

não vem só exigir uma reparação familiar, mas também uma transformação do modelo relacional.

É em períodos de aumento da pobreza que é necessário um maior investimento nos apoios sociais e uma abordagem preventiva que envolva todos os aspetos relevantes do bem-estar. Quer nas suas causas, como nas suas soluções, a pobreza depende tanto das políticas sociais quanto das políticas económicas. Um combate efetivo de luta contra a pobreza implica alterações profundas nas prioridades de desenvolvimento e investimento público.

### **1.3 - A intervenção social**

As famílias estão inseridas numa comunidade que, por regra, dispõe de uma rede de instituições e serviços destinados a prestar apoio a estas mesmas famílias e aos seus membros. O envolvimento que se estabelece entre as famílias e os serviços da comunidade depende de fatores como a fase do ciclo de vida em que os indivíduos se encontram e depende também dos períodos de crise (Sousa, 2005).

Ao longo de muitos anos, as instituições de solidariedade social tiveram como única preocupação dar resposta aos problemas sociais com que se deparavam em cada momento. Conduto (2011) diz-nos que a urgência de respostas sociais e/ou carência de recursos, associada a uma certa falta de estratégia adequada, levou a que muitas instituições descurassem dimensões importantes.

O mundo globalizado pressiona as Associações para que sejam produtivas, tenham qualidade, rapidez de resolução, capacidade de resposta às exigências, tornando-se determinante a mudança para o novo modelo de gestão que responda a esta realidade. Contudo, a atual cultura organizacional não é compatível com a visão das instituições. Causas como agravamento das condições socioeconómicas, ou a fragilidade das relações familiares, tiveram como consequência um crescimento enorme das IPSS, gerando novos problemas, para os quais foi necessário encontrar soluções eficazes e eficientes, permitindo a sustentabilidade das instituições.

As IPSS têm consciência de que é preciso algo para responder aos novos desafios. E são vários os exemplos de iniciativas fantásticas já tomadas neste sentido. No entanto, está ainda muito enraizado na mentalidade pública e na de muitas instituições que as soluções passam quase sempre e fundamentalmente pelo reforço dos apoios financeiros públicos. Ora, a diminuição de recursos públicos atuais e previsíveis para os anos vindouros torna esta ideia cada vez menos concretizável. O grande desafio à atuação das IPSS é, pois, continuarem a responder às necessidades sociais a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada, onde os apoios públicos são uma, entre outras, fontes de financiamento. Os apoios públicos vão continuar a ter um papel de extrema importância na estrutura de financiamento das IPSS, mas é imperativo que não sejam vistos como fonte primária ou, o que seria pior, como única fonte.

Do lado das instituições, especialmente na visão dos que estão envolvidos na direção, é necessário deixar a ideia de que é normal e natural estas serem dependentes, em larga medida, das transferências públicas, com a justificação de que estão a prestar um serviço público. Ainda que esta ideia não seja falsa, o facto é que os recursos públicos não serão abundantes nem eternos nos anos que se seguem. Por isso, é impensável a ideia de que as despesas sociais estarão imunes aos cortes da despesa pública.

As organizações sem fins lucrativos, muitas vezes, não têm recursos e, mais importante, não possuem consciência da relevância que a comunicação pode ter na ajuda à captação de recursos, quer das instituições ligadas ao Estado, quer da sociedade civil. As IPSS têm de criar um vínculo com a sociedade civil, caso contrário o que irá acontecer é que, com os cortes financeiros que o Estado tem aplicado, vamos estar perante a possibilidade de algumas terem que encerrar a sua atividade. Um maior envolvimento da sociedade requer um esforço por parte das IPSS em se promoverem, uma vez que se torna difícil ajudar aquilo que não se conhece.

Para Gaulejac e Léonetti (1994), Paugam (1997), Castel e Laé (1992), o funcionamento das organizações sociais segundo princípios burocráticos torna inúteis muitas das soluções que estas propõem no combate às situações de privação e de desinserção.

O acompanhamento às pessoas é um ato profissional que tem as suas bases em saberes teóricos, éticos e práticos, implicando uma relação com base no diálogo entre técnicos/as e indivíduos no sentido da resolução, diminuição e/ou prevenção de situações geradoras de pobreza e/ou exclusão social (DGSS, 2006). A resposta social deve “contribuir para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, assegurando o acompanhamento social na definição e efetivação do seu projeto de qualidade de vida, reforçar a autoestima do indivíduo, mobilizar recursos da comunidade apropriados à progressiva inserção social e de bem-estar dos indivíduos” (DGSS,2006).

O modo como as instituições tratam os seus utentes tem uma grande influência sobre o comportamento destes mesmos, de onde decorre a necessidade de referir que o funcionamento das instituições não integra a perspetiva dos utilizadores quando define as modalidades de obtenção e de gestão de ajuda, pois tenderá a aumentar os seus sentimentos de desapossamento e de inferioridade (Vieira, 2015).

É extremamente importante que a intervenção seja estruturada de forma a criar um impacto imediato, e é também de igual importância que tenha em conta o que acontece após o projeto de intervenção terminar, pois se existirem resultados positivos é fundamental haver esforços para que se mantenham em ação (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 2007). Muitas vezes, as famílias de maior vulnerabilidade socioeconómica têm dificuldade em confiar nos técnicos, por não terem a certeza de que estes reconhecem as suas dificuldades ou que possam ajudar a resolvê-las. Por isto, é frequente que as famílias só se envolvam mais na intervenção depois de os técnicos,

ultrapassarem alguns problemas mais imediatos (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

Quando iniciam uma intervenção com uma família, os/as técnicos/as devem compreender que, não obstante os efeitos positivos da intervenção nos sistemas, muitas vezes esta pode causar problemas à família (Minuchin, 2007). Watson (2005) refere que para aumentar a possibilidade de as famílias aderirem à intervenção, é importante que os técnicos deem respostas às famílias e iniciem uma intervenção o mais rápido possível, mantenham contacto frequente com as famílias e, no caso de uma família não comparecer a uma sessão, tentar restabelecer contacto. Uma vez iniciado o processo de intervenção, é preciso utilizar estratégias que promovam o investimento e permanência das famílias (deve respeitar e interessar-se pela família, não julgar ou punir, deve encorajá-la a atingir os seus objetivos, incluindo-a na tomada de decisões).

Assiste-se, muitas vezes, a uma transferência das funções das famílias para os serviços sociais, com as consequentes repercussões ao nível da própria identidade do sistema familiar (Minuchin *et al.*, 1998; Colapinto, cit. por Sousa, 2005). Esta situação contribui para que as famílias se sintam insatisfeitas e impotentes, no que toca à sua capacidade para dar respostas às dificuldades com as quais se deparam, o que vai influenciar a sua autonomia e o desenvolvimento das suas competências (Sousa, 2005). Este sentimento de impotência encontra-se, na opinião de Sluzki (cit. por Gonçalves, 2007), relacionado com uma perceção de falta de controlo sobre o meio em que estão inseridos, sendo esta frequentemente associada à experiência social de ser considerado pobre. Apesar de os serviços sociais terem o poder de modificar as famílias que estão a acompanhar, o que acontece é que essa falta de poder que as famílias sentem é construída também por esses serviços sociais.

Segundo Coletti (1997), um outro aspeto que surge de forma recorrente no trabalho com as famílias acompanhadas diz respeito ao desenvolvimento de relações de tensão entre profissionais e clientes. Estas situações ocorrem perante a recusa do profissional em apoiar a família, devido ao incumprimento de compromissos anteriores. O excesso de motivação por parte do profissional é também um fator que contribui para a existência de dificuldades aquando a intervenção.

Assim, o técnico assume o papel de catalisador da mudança, de modo a ajudar as famílias a explorar melhor as próprias competências e a inclui-las nas tomadas de decisão, para respeitar as suas opções, ajudá-las a reconhecer os seus padrões disfuncionais e valorizar os seus esforços. Assim, uma relação de confiança entre o técnico e a família é igualmente, um fator predominante para o sucesso deste tipo de abordagem (Riber & Knei-Paz, 2002), já que, segundo Ausloos (1986), para dois sistemas se influenciarem é necessário que se copiem e sejam mutuamente significativos.



## 1.4 - Problemáticas

As problemáticas que enquadram o tipo de pessoas que constituem os utentes da ADAV estendem-se por várias dimensões. Consideramos, de seguida, as principais.

### Emprego

As dificuldades em relação ao emprego não se colocam apenas ao nível da inserção no mercado de trabalho, embora esse seja um obstáculo maior, atendendo a que a maior parte dos indivíduos em situação de pobreza tem um nível de escolaridade baixo, o que, como referido, torna a tarefa de conseguir um emprego bastante dificultada. Acresce que esses indivíduos não sabem como arranjar um novo emprego, uma vez que não estão familiarizadas com as novas ferramentas de procura de emprego, ou porque não lhes é dada a oportunidade, como também devido à ausência de hábitos de trabalho, o que causa uma maior dificuldade em conseguirem desabituar-se de uma rotina cristalizada.

### Habitação

No domínio da habitação, registam-se, por exemplo, casos de sobrelotação, que ocorrem quando famílias grandes ou constituídas por várias gerações vivem na mesma casa; ou, ainda, porque há filhos provenientes de outros relacionamentos, mas que vivem em casa com o/a parceiro/a atual. Nestes casos, ocorre, por vezes, que só um membro da família ou dois, tem emprego e, portanto, o salário desse indivíduo é o único rendimento que chega a casa. A ausência de hábitos de organização doméstica é outro exemplo. Estando este problema resolvido, nota-se não só uma melhoria na parte económica, porque houve uma redução dos gastos e, conseqüentemente, uma maior parcela de dinheiro foi usada para outros fins, mas também uma melhoria significativa na qualidade de vida destas famílias, visto que aprendem a organizar, a arrumar e a gerir o quotidiano.

### Educação

Apresentam ainda problemas no domínio da formação educacional. Seja entre os pais, que apresentam baixos níveis de escolaridade, o que afeta a dimensão laboral (criando problemas de empregabilidade e/ou a obtenção de empregos mais qualificados), mas também a capacidade em gerir aspetos burocráticos do quotidiano. Seja entre as crianças e jovens, que revelam dificuldades de aprendizagem na escola e níveis de absentismo acima da média. Como resposta a este problema concreto, a ADAV mobilizou voluntários/as para propiciar explicações às crianças e jovens, especialmente em disciplinas como o inglês e a matemática, que são as áreas onde, por norma, apresentam mais dificuldades.

## Redes de Suporte

Juntar as redes de suporte formal e informal não é um processo fácil, uma vez que ambas são muito interdependentes e irredutíveis entre si, provocando por vezes posições extremadas. No entanto, é importante que estas redes se complementem quando necessário. A ajuda familiar não pode substituir as ajudas providenciadas pelo apoio formal, até porque não são da mesma natureza. A família intervém num registo diferente dos serviços públicos. A sua ação caracteriza-se pela adaptabilidade e pela exclusividade. Pelo contrário, a ação formal, rege-se pelo caráter rígido, regado e universalista. Desta forma, a família vai assegurar o campo sentimental e a presença de alguém. Já o sistema formal intervém pontualmente para regular determinadas situações necessárias.

Não é só nos grupos domésticos que se faz a transferência de recursos e se vive o quotidiano familiar, uma vez que as relações sociais primárias e as relações familiares, geralmente, extravasam o âmbito residencial. As solidariedades e as ajudas entre familiares funcionam com base em redes de pessoas, em especial de natureza familiar, que trocam entre si bens e serviços. No entanto, deve salientar-se que as solidariedades familiares têm uma importância relevante, não só na economia das famílias, como também nas suas vidas diárias e comportamentos sociais.

As redes de entreajuda não são apenas redes de pessoas. São também redes de circulação de uma panóplia de bens, onde variam tanto o volume como o tipo de bens trocados. Quase tudo o que intervém nas interações familiares é entendido como fazendo parte de uma troca, mas o que se destaca são as ajudas em espécie e serviços e as ajudas em dinheiro ou património. É assim que se prestam diversas ajudas, ligadas à manutenção da habitação, ao trabalho doméstico, à guarda das crianças ou/e idosos, entre outras.

As redes de suporte familiar enquadram e constituem mesmo outra problemática que define o âmbito de intervenção da ADAV. As famílias estão inseridas numa comunidade que contém e se ancora numa rede secundária, recorrendo frequentemente aos apoios que aí existem. Mas as conexões exteriores ao sistema familiar, normalmente, são escassas, o que revela fraca variedade de recursos (Welman, 1990). Correia e Sequeira (2011) referem que o tamanho da rede social das famílias é reduzido e a maior densidade da rede localiza-se no sistema familiar e nos serviços externos. Ainda dentro do sistema familiar, famílias como as que são apoiadas pela ADAV caracterizam-se recorrentemente pela instabilidade na estrutura e nas relações, sendo frequente haver ruturas, reconciliações e conflitos internos que promovem saídas e reentradas no sistema familiar. Realce-se que no interior da família se verifica algum distanciamento entre os membros, o que promove a individualização devido ao escasso apoio emocional (Sousa, *et al.*, 2007). Muitas das vezes, é necessária ajuda material, mas também ajuda em pequenas rotinas, como, por exemplo, deixar as crianças em casa dos avós, não existindo, porém, essa abertura ou disponibilidade.

As redes de apoio familiar e a sua tipologia são produtoras de um isolamento conjugalista nas sociedades contemporâneas. É basicamente uma rede de parentesco restrito, centrada nos progenitores do casal e, sobretudo, nas mães de ambos os cônjuges. Diríamos, sem muito exagero, “a sociedade dos avós”. Este carácter das redes de apoio como redes de parentesco restrito ou próximo é mais vincado nas ajudas quotidianas que nas ajudas de grande dimensão ao longo do ciclo da vida familiar.

### Imigração

A imigração é outra problemática que enquadra o âmbito de atuação da ADAV. Isto porque as pessoas que estão na condição de imigrante estão particularmente expostas a fenómenos geradores de angústia e de ansiedade, decorrendo essa exposição da necessidade de se enraizarem no lugar novo, mantendo, ao mesmo tempo, vínculos com o lugar de origem. A segurança existencial e a identidade dependem do estabelecimento de laços com o lugar atual e do forçoso envolvimento nas dinâmicas locais (Marandola, 2008). As pessoas oriundas de outros países apresentam problemas em se sentirem inseridas na comunidade. Seja porque não têm a iniciativa de conhecer outras pessoas. Seja porque as outras pessoas não sentem vontade de as conhecer. Mas também, e sobretudo, por uma razão objetiva que tem a ver com o fraco domínio da língua portuguesa, que se constitui como uma barreira para arranjar emprego e para comunicar com as outras pessoas, inclusive em simples rotinas, como seja, por exemplo, ir ao supermercado.

Lussi (2009) salienta que os elementos e situações que tornam vulnerável a condição de imigrante são questões do foro legal, religioso, familiar, económico e simbólico. Perante a necessidade de se fixarem para poderem alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o sentimento de incerteza e instabilidade, as dificuldades são muitas, complexas e de difícil resolução.

É possível viver uma vida inteira num determinado local sem que haja integração nas dinâmicas locais. Pode acontecer que, mesmo após vários anos, tendo garantido algum nível de integração, a pessoa ainda se considera “de fora”, já que a relação que tem com aquele lugar não passa das práticas quotidianas mais superficiais. Neste contexto, sendo o suporte das redes informais e familiares reduzido ou inexistente, as iniciativas e o apoio das redes formais acabam por ter uma importância redobrada.

### Maternidade e Paternidade

A maternidade e a paternidade – ou seja, as circunstâncias em que os pais têm um conhecimento escasso relativamente às práticas de como cuidar adequadamente dos/as filhos/as – assim como a gestão financeira enquadrada em situação de maternidade/paternidade – designadamente a falta de capacidades nesse domínio – constituem também áreas de emergência de problemas que estas famílias carregam

quando recorrem à Associação. Mais especificamente, esses problemas são particularmente prementes nos casos de adolescentes grávidas ou adolescentes com um/a filho/a recém-nascido que recorrerem à ADAV.

A gravidez na adolescência é um fenómeno desestabilizador (Lima, 2010). Os/as adolescentes vivem um período de desenvolvimento e de imaturidade. Nessa circunstância, ser mãe e pai exige condições emocionais, físicas e económicas para as quais não se está preparado quando se é adolescente.

A gravidez na adolescência não é um fenómeno novo. E encontram-se grávidas adolescentes em todos os estratos sociais. No entanto, o fenómeno tende a ser mais prevalente nas classes mais desfavorecidas. Constituem fatores de risco de exposição ao fenómeno: o abandono escolar; o baixo nível de escolaridade da adolescente, companheiro e família; a ausência de planos para o futuro; e a repetição de um modelo familiar, isto é, a mãe dessa adolescente também ter engravidado na sua adolescência. O abandono escolar, a dificuldade em arranjar emprego, a possibilidade de engravidar uma segunda vez e a possibilidade de não estar mais com o pai da criança são consequências recorrentes da gravidez na adolescência (Hercowitz, 2012).

Ainda que a gravidez na adolescência seja uma situação que traz consigo angústias e incertezas, também existem casos em que a adolescente tem orgulho em ter o/a filho/a, sendo a maternidade auto gratificante e auto compensadora. As necessidades psicossociais são complexas e nem sempre são satisfeitas na sua plenitude, trazendo assim angústias, ansiedade, insatisfações e conflitos. Por vezes, a gravidez é a forma encontrada para aliviar o sentimento de solidão e ter alguém para cuidar e amar.

É imperativo referir que, por vezes, a dependência materna, independentemente da sua vontade, ainda é muito forte, impedindo que a adolescente desempenhe a sua função com tranquilidade e discernimento.

## Capítulo 2 – Funcionamento da ADAV

### 2.1 - Objetivos

Num campo mais específico, que remete para a missão fundadora da organização, os objetivos desta Associação são: apoiar as mulheres grávidas, estejam solteiras ou não; e apoiar as mães com filhos menores e respetivas famílias em situação de risco social. Este apoio presta-se essencialmente em bens materiais, mas não só, como veremos mais à frente. O fornecimento de bens materiais é uma componente de extrema importância, especialmente para os bebés.

Os produtos para recém-nascidos e bebés têm um valor de aquisição elevado, o que não permite um acesso fácil aos progenitores socialmente desfavorecidos. Por exemplo, no que toca à alimentação, que é um dos principais determinantes da condição de saúde dos bebés, especialmente no primeiro ano de vida, em situações de impossibilidade de aleitamento materno, o bebé deve receber leite em pó. Mas os preços desse produto são proibitivos considerando as possibilidades dos utentes. Portanto, facultando o acesso, a ADAV fornece uma ajuda de importância extrema neste campo.

A Associação visa oferecer às mães condições que contribuam para um normal desenvolvimento da gravidez, seja numa vertente psicológica, seja numa componente material. Pretende incentivar e criar mecanismos para um exercício da maternidade e da paternidade consciente e responsável, esclarecendo dúvidas dos progenitores ou fornecendo métodos e estratégias que promovam boas práticas relativamente ao recém-nascido. Ambiciona criar condições para um desenvolvimento harmonioso do recém-nascido, bem como das outras crianças existentes no agregado familiar em questão, para que estas cresçam num meio saudável.

Para alcançar os objetivos referidos, o apoio fornecido resulta essencialmente da formação de um plano individual de intervenção para cada caso; isto é, para cada família, definindo-se qual é o problema e quais serão as respostas necessárias para encontrar uma solução adequada. Concretiza-se ainda através da organização e dinamização de sessões temáticas, correspondentes aos problemas que foram previamente detetados nas famílias em questão; isto é, se as técnicas detetarem que há vários pedidos de ajuda no que toca, por exemplo, à alimentação que o bebé deve ter, a Associação vai tentar organizar uma sessão informativa com um(a) especialista na área, de forma a que essas dúvidas sejam esclarecidas. Traduz-se adicionalmente na concessão de enxovais, de modo a fornecer ao recém-nascido os bens necessários, designadamente roupa, alimentação, produtos de higiene e produtos de puericultura. Materializa-se, além disso, por via do fornecimento de bens-alimentares, produtos de higiene e equipamentos de puericultura adequados aos bebés, às crianças e ao resto da família. Ou seja, bens que são fundamentais para a saúde e bem-estar, tanto de mães, como de bebés e crianças. Este apoio específico não ocorre apenas no início de

vida dos recém-nascidos, isto é aquando da preparação dos enxovais. É uma ajuda contínua até que seja necessário ou até que a Associação possa contribuir.

## **2.2 – Utentes acompanhados**

Os utentes acompanhados pela ADAV consistem maioritariamente em pessoas oriundas de um meio social cultural e económico desfavorecido. A ajuda prestada abrange concretamente famílias multidesafiadas<sup>1</sup>, que não estão ligadas unicamente com a situação de pobreza, mas também com problemáticas severas e estáveis no tempo, com insuficiências graves em matéria de atividades funcionais, relacionais e ao nível do desenvolvimento familiar, e com fragilidades várias no limite do suportável (Cancrini, Gregorio & Nocerino, 1997). Para Hines (1996), estas famílias reúnem ainda características como sejam um ciclo de vida familiar com etapas aglutinadas, uma sequência de eventos imprevisíveis e stressantes e uma desigualdade no domínio dos recursos disponíveis. No entanto, no que diz respeito às necessidades das famílias, percebe-se que as questões de precariedade económica são mais relevantes que as restantes.

O conceito de famílias multidesafiadas surge nos anos 50, coincidindo com o início da era pós-moderna e com a industrialização. Na era pós-moderna a grande prioridade deixou de ser a produção para passar a ser o consumo e o desiderato do consumo foi a inspiração para muitos dos transtornos que vivemos atualmente, sendo a toxicodependência um exemplo, entre outros, desses transtornos (Linares, 1997).

Em comum estas famílias estão sujeitas a uma clara privação económica e cultural; ou seja, a uma carência de meios económicos e de competências sociais que amplia os problemas que surgem e que reduz as capacidades de resposta (Alarcão, 2006).

As famílias multidesafiadas enfrentam, ao longo da sua vida, diversos desafios, experimentando condições de desfavorecimento que condicionam a sua adaptação e o seu desenvolvimento positivo, acumulando crises inesperadas (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Os múltiplos riscos a que estão expostas podem resultar na sua sinalização junto dos sistemas de proteção. Têm sido, grosso modo, caracterizadas como disfuncionais e caóticas. E, por isso, foram desenvolvidas abordagens focadas nos problemas. Contudo, tem sido revelado que a ativação das forças familiares constitui uma importante ferramenta para a intervenção, o que salienta a importância de promover uma abordagem focada nas forças (Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006).

Nas famílias multidesafiadas encontram-se algumas estruturas típicas caracterizadas por repetidas ruturas e reconstituições, salientando-se, entre elas, as relações amorosas, que acabam por ser particularmente instáveis. A estrutura referente

---

<sup>1</sup> Summers, McMann e Fuger (1997), entre muitos outros, usam este termo para designar famílias que enfrentam desafios múltiplos ou necessidades de mudança ao longo da vida, evidenciando um estado permanente de dificuldades.

ao casal instável relaciona-se com casos de casamentos e relações esporádicas entre pessoas tendencialmente jovens, embora não exclusivamente jovens, que não conseguem constituir uma família autónoma *a posteriori*.

Nas famílias multidesafiadas, as emoções são também pautadas por algum desequilíbrio. Por um lado, as emoções são vividas muito intensamente. Por outro lado, há muito pouca capacidade de controlo. Os estados de ânimo são tão intensos quanto efémeros, além de que existe pouca partilha de emoções entre os membros da família (Sousa, 2005). Outro aspeto importante do funcionamento familiar é a comunicação, sendo que, nestas famílias, ela se caracteriza pelo caos comunicacional e pela pobreza emocional existente nas mensagens, bem como pela falta de clareza e de assertividade (Sousa, 2005).

### **2.3 - Como se processa o acompanhamento**

A partir de 2015, a Associação deixou de fazer registos quanto ao número de pessoas que acompanha, isto porque, o número de casos que têm entre mãos é excessivo, desta forma, a carga laboral a que as técnicas estão sujeitas é enorme, resultando na falta de tempo para realizar este tipo de contagens e realizar outro tipo de balanços finais. No entanto, apesar de não existirem registos a partir de 2015, sabe-se que, essencialmente a partir de 2013, o número de famílias acompanhadas pela ADAV aumentou progressivamente. E em 2013 o número de processos já era significativo, elevando-se a 1166. Isto deve-se, sobretudo, aos fatores a que já nos referimos anteriormente, designadamente ao fenómeno da crise que se instalou em força em Portugal e que atingiu milhares de famílias. Muitas destas famílias já estariam a ser acompanhadas, mas a crise trouxe consigo mais e novas carências e mais famílias a precisarem da ajuda desta Associação e de outras congéneres.

A ADAV assumiu como objetivo prioritário da sua intervenção o apoio a mulheres grávidas, puérperas, mães com filhos pequenos e as suas respetivas famílias em situação de grande dificuldade e vulnerabilidade, ajudando-as num trabalho em rede, de modo a poderem superar qualquer obstáculo que ameaçasse comprometer o seu legítimo direito a uma maternidade digna, segura e responsável.

Dada a crise que vivemos ainda nos dias de hoje, os pedidos de ajuda têm acompanhado a intensificação da crise; isto é, os pedidos têm aumentado, o que levou a ADAV a ser mais criteriosa. Os critérios que a Associação estabelece para ajudar uma determinada família ou um determinado individuo pretendem conformar-se a uma lógica de rigor, obedecendo a um processo metódico.

Tudo começa com um processo de admissão, que tem como componentes uma entrevista inicial com a equipa técnica, nomeadamente uma assistente social, uma psicóloga e eventualmente alguém da direção. É nessa entrevista que se identifica e se discute o problema dessa família ou individuo, abordando-se vários aspetos da sua vida quotidiana e discutindo-se possíveis soluções.

É sempre necessária a apresentação dos documentos de identificação, assim como de comprovativos, tanto dos rendimentos, como das despesas, de forma a comprovar que os rendimentos dessa família justificam o apoio da ADAV. Este procedimento possibilita uma filtragem de pessoas encaminhadas para os apoios prestados. Atendendo a que os pedidos de ajuda são cada vez mais, e a que por muito que se queira ajudar todas essas pessoas tal não é possível, este procedimento é incontornável e minucioso. Desta forma, através da comprovação dos rendimentos, garante-se a ajuda aos que mais necessitam e àqueles que estão dispostos a aceitar as responsabilidades que essa ajuda pode trazer, como, por exemplo, a necessidade de se deslocarem à Associação para receber os apoios por ela facultados.

O processo inclui uma visita domiciliária feita pelas técnicas e, eventualmente, por elementos do voluntariado que apoiam a ADAV, visando uma monitorização mais detalhada do caso. Essa visita permite não só observar as condições materiais de existência, mas também desenvolver uma conversa num ambiente mais intimista.

As visitas às casas das famílias beneficiárias de apoios podem ser utilizadas como uma forma de compreender e de avaliar o funcionamento familiar (Waisbord, Buchbinder & Possick, 2012), e também como instrumento metodológico para diminuir as dificuldades referentes aos comportamentos e desajustamentos sentidos pelas famílias em que um ou mais elementos têm problemas do foro psiquiátrico (Lindsey, Lee & Sullivan, 2009). O facto de os/as técnicos/as irem a casa das famílias permite-lhes contactar com as dificuldades que elas enfrentam no dia-a-dia, promovendo uma maior sensibilidade para com as dificuldades da família, e também um aumento do número e do tipo de estratégias especificamente orientadas para os problemas evidenciados naquela família. Fomentam que se estabeleça com os visitados uma relação próxima, criando novas respostas e oportunidades de reflexão que promovem a adesão da família à mudança.

Implica a elaboração de um Plano Individual de Intervenção, onde constam todos os passos que vão ser realizados, de forma a que se possa concretizar uma ajuda significativa na vida dessa família.

Envolve a concretização de um contrato de Prestação de Serviços, onde constam os principais direitos e deveres, entre a mãe/família apoiada e a ADAV. Para além disto, as mães têm de se comprometer a cumprir o Plano Individual de Intervenção que foi estabelecido, respeitar o contrato que foi previamente acordado, apresentar a documentação que lhes for pedida, respeitar as normas do regulamento interno da Associação, cumprir os horários de atendimento, respeitar os princípios e o trabalho desenvolvido pela equipa e zelar pelos artigos e equipamentos que forem cedidos; isto é, no que toca a roupa e equipamento de puericultura, insiste-se com as famílias que estes produtos sejam devolvidos à Associação, em bom estado, sempre que possível, uma vez que esses produtos podem ser usados por outras famílias.



### **2.3.1 - Campos de ajuda cobertos pela ADAV**

A ADAV é uma das associações fundadoras da Federação Portuguesa pela Vida. Essa fundação foi criada em 2002 e reúne, num vínculo federativo, Associações e Fundações que tenham como finalidade a defesa da Vida Humana, desde o momento da sua conceção até à morte natural, assim como a promoção da dignidade humana e o apoio familiar. A intervenção da Federação Portuguesa pela Vida enquadra-se genericamente no campo social, focando-se em particular nas mulheres, crianças e famílias, e visando facultar conselhos, cuidados médicos e apoio material, através de uma rede nacional de organizações. Enquadra-se também no campo político, através de uma intervenção, junto dos membros do parlamento e das instituições públicas, que visa realçar o valor da vida. E enquadra-se ainda no campo da educação de crianças, de jovens e da população em geral, visando a responsabilidade e dignidade da sexualidade humana. Esta Associação desenvolve a sua ação a nível nacional. Podemos encontrar outras ADAV's espalhadas pelo país, como em Lisboa, Leiria e Aveiro, ainda que sejam independentes umas das outras. Contam com inúmeros sócios que estão vinculados ao pagamento de uma pequena quota anual e que são ativamente empenhados nas atividades da Associação. Para além disso, conta ainda com um número crescente de sócios patrocinadores, que tornam possível a realização de alguns projetos específicos.

Em Coimbra, local de realização do estágio, o gabinete de psicologia está a cargo da Dra. Carolina e da Dra. Diana, sendo a vertente do apoio psicológico uma das componentes de ajuda da ADAV. Pretende-se, por essa via, minimizar as dificuldades ao nível psicológico e afetivo, seja nos pais, seja nos filhos. Intervir em situações de vulnerabilidade individual e/ou crise familiar; promover a responsabilidade parental; permitir o desenvolvimento de competências pessoais, parentais, sociais e profissionais; proporcionar uma rede de suporte aos membros do núcleo familiar; e facilitar, bem como promover, uma boa relação entre os vários membros do núcleo familiar.

Na perspetiva da ADAV, as consultas de psicologia revelam-se fundamentais, não só nos aspetos acabados de referir, mas também em aspetos mais individuais que acabam por refletir uma melhoria geral no plano familiar. As consultas de psicologia promovem o autoconhecimento que origina um melhor entendimento dos nossos próprios sentimentos e emoções, conseqüentemente vamos lidar melhor com esses mesmos sentimentos e emoções; melhoram a capacidade de comunicação, o que leva a um estilo de vida mais fluído em todos os aspetos, ajudando também na resolução de problemas e tomada de decisões; aumentam a autoestima, que vai refletir-se na tomada de decisões importantes, ajudando a arriscar e a não ter medo; melhoram as relações interpessoais, sendo que estas vão ser mais harmoniosas e prazerosas, trazendo benefícios para cada pessoa; e, por fim, ajudam a controlar a ansiedade e o estresse.

O gabinete de apoio jurídico constitui outras das componentes da ajuda prestada pela ADAV. Apesar de atualmente a ADAV não ter ninguém responsável por este gabinete, pode encaminhar para instâncias onde essa ajuda vá ser fornecida, ou, em alguns casos, a Associação consegue disponibilizar algum/a advogado/a que se voluntarie para ajudar. A importância deste gabinete passa pelo facto de as pessoas não terem acesso a meios jurídicos, seja por estes envolverem custos, seja por não saberem como aceder-lhes. Por vezes, apenas são necessários alguns esclarecimentos simples em matéria de apoio jurídico. Mas, de outra forma, estas pessoas não conseguiriam ver essas dúvidas esclarecidas gratuitamente e de uma forma tão simples. Os objetivos deste apoio passam essencialmente pelo esclarecimento de dúvidas relativas às etapas dos processos judiciais no âmbito do direito familiar; pela prestação de informações sobre responsabilidades parentais; pelo acompanhamento dos membros do agregado familiar na resolução extrajudicial de conflitos, de forma a evitar o confronto judicial; e por acompanhar, bem como apoiar, as famílias na elaboração de cartas, requerimentos e peças processuais que não exijam a constituição de advogados.

Por fim, o gabinete de voluntariado, que é um elemento extremamente importante dos apoios prestados pela Associação. O início do trabalho de voluntariado remonta, segundo Hudson (1999), ao crescimento das organizações ligadas à Igreja, sendo que estas promoviam um conjunto de ações de cariz caritativo e assente na ajuda aos mais desfavorecidos. Assiste-se, nos tempos de hoje, a uma prática de voluntariado assente numa economia da dádiva, em que pouco mais é dado e procurado do que uma recompensa simbólica de apoio ao próximo. Atualmente, o voluntariado, sobretudo nas camadas mais jovens, é visto como uma oportunidade de entrada no mercado de trabalho (Coelho & Aquino, 2009), constituindo, por vezes, uma forma de exploração dos mais jovens ou de oportunismo das organizações. De uma forma sucinta, pode destacar-se a obtenção de competências que as atividades de voluntariado permitem proporcionar, designadamente em termos de aquisição de saberes e de alargamento da rede de conhecimentos, o que pode culminar em novas oportunidades no mercado de trabalho (Sardinha, 2011; Alonso, 2000).

## **2.4 - O Voluntariado**

O conceito de voluntariado é utilizado nos dias de hoje, conforme Szazi (2000), com o objetivo de designar as condutas das pessoas que prestam serviços não onerosos na sociedade civil e em diferentes áreas onde tais serviços são necessários. Caracteriza-se por uma fluidez significativa, mas “cada país tem noções diferentes e tradições diferentes” (Comissão Europeia, 2011, p. 2). Os voluntários agem de sua livre vontade, segundo as suas próprias escolhas e motivações, não procurando obter qualquer ganho financeiro. É uma viagem de solidariedade e um meio de os indivíduos e as associações identificarem necessidades e problemas humanos, sociais ou ambientais e lhes darem resposta (2011, p. 2). O conceito de voluntariado orgânico, por sua vez, foi construído por analogia ao conceito de intelectual orgânico, desenvolvido

por Gramsci (1979) e é entendido como uma participação ativa e beneficente das pessoas que desenvolvem a atividade voluntária na construção das condições necessárias à democratização efetiva do Estado, em todas as suas dimensões.

As motivações dos indivíduos para realizar trabalho voluntário constituem um tema de difícil reflexão. Mesmo que a motivação altruísta ou social não seja a motivação primária, se as pessoas vão gastar o seu tempo livre numa Associação, participando ou trabalhando para um objetivo, estes devem sentir que esses esforços são eficazes.

Na última década, o trabalho voluntário recebeu, além do incentivo por parte das empresas, cada vez mais notoriedade na imprensa, sendo que o número de voluntários tem aumentado exponencialmente (Landim e Scalon, 2000). Segundo Graeber (2010), a ajuda voluntária não assenta na lógica do mercado capitalista, mas sim, numa forma de dádiva.

Seria importante que este trabalho voluntário, ou como Maud Simonet refere (2010), “o trabalho invisível”, fosse colocado no sistema, quer ao nível da formação, quer da profissionalização. Assim, o número de voluntários(as) iria possivelmente aumentar, uma vez que o trabalho voluntário estaria, desta forma, a ter um maior reconhecimento e uma mais-valia na vida profissional de cada voluntário(a). Para Sleahitchi e Neacsu (2013), a existência de mecanismos de reconhecimento das competências adquiridas pelo voluntariado, é fundamental para a relação do voluntariado com o mercado de trabalho.

O trabalho voluntário difere do trabalho remunerado monetariamente, não apenas nesta dimensão, mas porque os horários são flexíveis, os períodos de trabalho são mais curtos (por norma, é um turno por semana) e as expectativas e motivações são diversificadas.

De acordo com a Comunidade Solidária (1997), uma das possíveis causas para os/as voluntários/as desistirem é a falta de clareza quanto às motivações e expectativas que levam as pessoas a voluntariar-se, apesar de existirem outras formas, que não a material, de retribuição ou pagamento, tais como a de ordem emocional, ideológica, simbólica ou profissional (Teodósio, 2001). Altruísmo e solidariedade são muitas vezes apontados como motivadores do voluntariado, por serem valores morais socialmente construídos. Não desvalorizando o papel revolucionador que tem para o indivíduo no que toca ao seu auto crescimento e para a transformação da sociedade. Assim, o trabalho voluntário tanto pode ser visto como uma forma de manter a ordem social, quanto como agente de transformação, prestando-se a diferentes planos. Segundo Teodósio (2001), os voluntários procuram um espaço de convivência social mais saudável, fugindo da competitividade e do estresse que caracteriza o seu próprio trabalho.

Portugal não é um país com uma grande taxa de participação da sociedade neste setor. No estudo realizado por Vegas (2004) sobre a realidade Portuguesa e as implicações sobre as Associações voluntárias, conclui-se que, em Portugal, o tipo de

associações onde se verifica um maior envolvimento por parte da sociedade é aquela onde se incluem as associações desportivas, culturais e recreativas, bem como as associações de solidariedade social e religiosa.

No que toca à ADAV, são os/as voluntários/as que ficam encarregados de grande parte das tarefas genéricas que é necessário realizar na Associação, daí a grande valorização que se dá a estes/as. As/os voluntárias/os vão gerir e zelar os enxovais, uma vez que têm de estar prontos aquando a aproximação da data do parto da criança. Assim, estes enxovais têm de incluir vestuários e todo o género de utensílios necessários ao bebé, mas também à mãe. Para além disso, ainda procedem a uma criteriosa distribuição dos bens que foram destacados para as famílias apoiadas; isto é, após a consulta com as técnicas, dirigem-se ao gabinete de voluntariado com o registo daquilo que precisam de levar para casa e os/as voluntários/as procedem à entrega desses bens.

Após a entrega desses bens, são registados quais e em que quantidades os bens foram dados de forma a ter um controlo daquilo que sai, do que é mais necessário e o que falta. Desta forma, mantêm atualizados os ficheiros dos bens concedidos às famílias. Participam ativamente em campanhas e outros eventos de angariação e recolha de fundos, não só na organização destes mesmos, mas disponibilizam o seu tempo para estar no local durante a campanha para angariar bens e donativos. Divulgam e promovem os valores da família e da dignidade humana, bem como a ação social desenvolvida pela ADAV. Colaboram no Banco da Maternidade e da Criança, não só na parte da organização e arrumação dos bens que pertencem a esta secção, mas também na doação destes mesmo bens aos bebés, uma vez que os bens materiais que encontramos no Banco da Maternidade e da Criança se dirigem exclusivamente a bebés e crianças. Têm também um papel fundamental na organização dos outros tipos de bens, por exemplo, na secção de roupa é necessário recolher, separar, escolher e arrumar nos devidos lugares, sendo que a roupa é arrumada consoante o género a que se destina, idade e tipo de vestuário. Na secção alimentar, visto que os donativos alimentares são relativamente frequentes, para que não haja desperdício e para que não haja famílias que recebam mais alimentos que outras, é preciso que os/as voluntários/as arrumem devidamente estes produtos. Por fim, participam e colaboram com a equipa técnica na realização de visitas ao domicílio a famílias em situações vulneráveis, quer a nível económico, social ou emocional.

Uma grande parte das voluntárias da Associação são senhoras já reformadas. É importante referir que os benefícios recolhidos por este tipo de voluntárias se reportam à manutenção de relações interpessoais, à diminuição do isolamento e do impacte negativo que esse isolamento tem na saúde destas pessoas (Gonzalez, 2000); o estabelecimento de novas relações e aquisições de novos papéis tem também um impacte positivo na saúde e no bem-estar, prevenindo a perda de identidade e futuras doenças mentais (Hertzog & Morgan, 1993); por fim, a continuidade de uma tarefa é uma fonte de autorrealização e satisfação (Dorfman, 2004).

Abordando concretamente o caso da ADAV, verifica-se um número relativamente elevado de voluntários/as, se tivermos em conta a dimensão da Associação e o número de técnicas que nesta trabalham. Isto é, a Associação conta com três técnicas e conta com cerca vinte voluntárias, sendo que apenas metade visita semanalmente a Associação.

No entanto, verificam-se situações dispare. Se há dias em que o número de voluntários/as ao serviço não é suficiente para o trabalho ser feito na sua maioria e no tempo adequado, outros dias acontece exatamente o oposto. Especialmente às quintas-feiras, o número de voluntárias é maior que o normal, e para que o trabalho de umas não atrapalhe o de outras, são encaminhadas para outro tipo de tarefas, que não aquela de estarem no Gabinete de Voluntariado. Regra geral, às segundas-feiras costumam estar três voluntárias, terça-feira conta igualmente com três voluntários/as, na quarta-feira costumam estar presentes dois voluntários, na quinta-feira costumam estar presentes cinco voluntárias e na sexta-feira costuma estar apenas uma voluntária ou nenhuma, por este ser o dia destinado a tratar de burocracias e para traçar novos planos. Tarefas que apenas competem à direção e às técnicas.

## **2.5 - Parcerias**

Todos os anos, em associações como a ADAV, e esta não é exceção, luta-se por conseguir novas parcerias e manter as já existentes. As empresas procuram melhorar a reputação e ideias para novos serviços, pretendem reforçar o envolvimento dos seus colaboradores e melhorar a relação com a comunidade, fornecedores e parceiros. Estes são alguns dos motivos que movem as empresas a abraçar causas solidárias. As empresas podem ter ganhos em termos de prestígio, já que a aposta na área social tem efeitos diretos na reputação da marca e na confiança por parte dos consumidores, potenciando a capacidade de atrair mais clientes.

No entanto, apesar das vantagens para as empresas, para que o caminho até ao financiamento da organização seja sucedido com êxito, é necessário elaborar uma proposta que vá ao encontro dos objetivos filantrópicos da empresa em causa, tendo esta que sentir que a responsabilidade social é uma prática essencial do negócio.

Da parte da ADAV, as candidaturas aos Projetos de Apoio Social foram remetidas à Câmara Municipal de Coimbra, à empresa GRACE, ao “Prémio BPI Seniores”, ao Programa “EDP Solidária” e à Fundação Manuel António da Mota. Estas candidaturas foram maioritariamente bem-sucedidas, ainda que seja cada vez mais desafiador conseguir novos financiamentos. O sucesso não se fica apenas pela angariação de fundos para projetos novos, mas pelos seus resultados. A adesão por parte das famílias acompanhadas é positiva e o propósito de cada projeto é bem conseguido.

A ADAV conta com a preciosa ajuda de alguns apoios regulares que tornam possível a ajuda dada às famílias, sendo eles a Fundação Belmiro de Azevedo, Pingo Doce da Portela, Banco Alimentar contra a fome, Empresa KAMAERT, Loja ZIPPY do Dolce Vita, Loja KID TO KID; Delegação de Coimbra da IPSS C.A.S.A, Fábrica internacional da Visão, Pescanova e a Plural.

Para além destas empresas, é importante realçar a importância que os contributos provenientes de particulares têm. Para agrado de toda a equipa e famílias acompanhadas, são muitas as pessoas que se deslocam às instalações da ADAV e doam todo o género de bens, daí que o esforço em se continuar a divulgar o trabalho feito pela Associação continue.

As pessoas precisam de estímulo para contribuir, precisam que o seu interesse seja despertado. É importante fazer com que os doadores se sintam como parte integrante e ativa do trabalho e o quanto o seu desenvolvimento faz a diferença no trabalho da organização em causa. No que toca à captação de recursos, um outro aspeto que requer atenção é a valorização das doações recebidas; isto é, sempre que uma pessoa fizer uma doação, é de muita importância agradecer e valorizar o gesto, isto vai aumentar a hipótese de a pessoa voltar a repetir o gesto no futuro.

A ADAV tem as portas abertas a qualquer pessoa que queira conhecer as instalações da Associação, são fornecidas as informações necessárias e recebe de bom agrado qualquer pessoa que queira tornar-se voluntária. Quanto às pessoas que levam ou enviam donativos à Associação, na impossibilidade de agradecer formalmente a todos/as, apenas as empresas e instituições recebem uma carta formal de agradecimento. No que toca aos donativos financeiros, a ADAV envia o comprovativo que essa entidade ou indivíduo cedeu uma quantia monetária, através de uma fatura. Quanto às restantes pessoas que se dirigem à Associação para entregar bens, são geralmente os/as voluntários que as recebem com uma simpatia contagiante, agradecendo e realçando o quanto os donativos em causa ajudam. As pessoas são convidadas a entrar, mas geralmente surgem sempre com alguma pressa e, portanto, apenas deixam os donativos e vão embora.

De forma a dar o exemplo, os responsáveis pelas Associações devem contribuir, mesmo que a quantia seja simbólica, de forma a mostrarem que são os primeiros a valorizar o trabalho da Organização. A ideia de que o tempo que disponibilizam é suficiente, está errada. Tempo e dinheiro andam juntos.

## **2.6 - Encaminhamentos**

Por vezes, chegam à ADAV novos processos que são encaminhados de outras instituições. Por exemplo, se uma instituição que trata de questões relativas à violência doméstica recebe uma família que tenha carências materiais e tenha no seu agregado bebés e/ou crianças pequenas, pode e deve encaminhar essa família para a ADAV, bem como o contrário pode acontecer. Esta rede de apoio torna-se importante na medida em

que se cria assim um círculo de ajuda que mantem relações entre si, visando a resolução dos problemas identificados, em que cada instituição, com as suas competências específicas, trata dos problemas para que está vocacionada. É importante para as Associações em causa porque fortalecem a sua rede de apoios. E para as pessoas apoiadas porque recebem ajuda nas várias vertentes necessárias, de forma integrada, não descurando nenhuma fragilidade que seja necessária trabalhar em termos de apoios.

Esses encaminhamentos são feitos para unidades hospitalares e para a Câmara de Coimbra, em concreto para o banco de recursos, que preconiza o desenvolvimento de serviços e atividades que visem a promoção e integração social do indivíduo, família e comunidade. O banco de recursos foca-se em recursos alimentares, materiais, financeiros, humanos, apoio psicossocial, apoio jurídico, entre outros. Para além deste banco de recursos, na Câmara de Coimbra podemos ainda contar com encaminhamentos para o Departamento da educação, da ação social, familiar e habitacional. O Centro de Apoio ao Sem-Abrigo torna-se outro local propício a encaminhamentos, no que toca ao fornecimento de apoio alimentar. Assim como o Centro Local de Apoio ao Emigrante, quando é necessário informar e orientar possíveis emigrantes que cheguem à Associação. Há ainda a Associação Coração com Pernas, que faculta apoio em bens mobiliários. A Comissão e Proteção de Crianças e Jovens, que é incontornável no domínio da sinalização e acompanhamento de crianças em perigo. A Cruz Vermelha, que pode fornecer ajuda financeira, acesso a instituições com valência de acolhimento para grávidas e mães com filhos/as pequenos/as a nível nacional. As Juntas de Freguesia, para que seja feito um acompanhamento integral. A Loja Social de Eiras, que possibilita a troca recíproca de vestuário e calçado. A Segurança Social, onde é necessário submeter requerimentos de garantam o acesso a prestações sociais. E as Conferências Vicentinas, para apoio alimentar, financeiro e habitacional.

No entanto, o contrário também acontece, não só a ADAV realiza encaminhamento para estes sítios como outras instituições realizam encaminhamentos para a ADAV. Reporto-me a instituições como maternidades, centros de saúde, o Instituto de Droga e Toxicodpendência, a Segurança Social, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o departamento de habitação da Câmara Municipal de Coimbra, a AMI, a Cáritas, o Centro de Acolhimento João Paulo II, o Banco Alimentar Contra a Fome, entre outros. Porém, os órgãos de comunicação social, através da divulgação de campanhas de angariação de artigos, assim como as redes de amigos e familiares constituem outras formas relevantes a partir das quais as pessoas tomam conhecimento da existência da Associação e realizam um pedido de ajuda à ADAV.

## Capítulo 3 – Projetos e atividade da ADAV

### 3.1 - O Banco da Maternidade e da Criança

O Banco da Maternidade e da Criança é uma extensão da ADAV, constituindo-se e apresentando-se como uma resposta social inovadora no distrito de Coimbra, no âmbito do atendimento e acompanhamento social da Maternidade e da Infância.

Com inspiração no Banco Alimentar contra a Fome, o BMC visa recolher e ceder às Associações e IPSS afetas à rede social de Coimbra todo o tipo de bens necessários à maternidade e à infância. O banco funciona num piso do edifício onde está instalada a sede da ADAV Coimbra, reunindo os artigos recolhidos - e posteriormente organizados por voluntários/as -, que resultam sobretudo, como já indicado, das campanhas desenvolvidas pela Associação e de donativos.

O maior problema e o grande desafio consiste na dificuldade em assegurar a sustentabilidade desta causa, uma vez que ela foi financiada pela Fundação EDP Solidária, que garantiu o financiamento da iniciativa apenas os primeiros dezoito meses.

O objetivo principal do BMC é angariar todo o género de bens necessários à maternidade e à criança, bem como gerir esse *stock* e proceder à sua entrega de acordo com os critérios definidos. Como consequência, a entrega dos bens a pessoas e famílias carenciadas constitui uma importante resposta contra a exclusão e discriminação social no distrito de Coimbra.

Os objetivos do BMC são: potenciar a capacidade de resposta da ADAV às necessidades apresentadas pelas famílias que acompanha, de forma a assegurar o seu devido acompanhamento social no desenvolvimento das suas potencialidades e na promoção da sua autonomia, autoestima e gestão do seu projeto de vida; promover a melhoria das condições de vida das mães, crianças e famílias no distrito de Coimbra, que sejam comprovadamente carenciadas ao nível socioeconómico, através da concessão de apoio imediato e direto às associações, IPPS e entidades estatais; apoiar, por meio de metodologias próprias, pessoas e famílias em situação de dificuldade social; prevenir situações de exclusão social; rentabilizar recursos e donativos de cidadãos particulares, apelando para uma cidadania pró-ativa e consciente do meio envolvente; sensibilizar os empresários portugueses para a necessidade de um maior empenhamento em atos cívicos reveladores da sua responsabilidade social, designadamente através da concessão de apoios financeiros e/ou donativos de bens.

Este projeto transcende a Associação e pode ser útil a muitas outras instituições que lidam com crianças e mães. Entre os bens doados, realçam-se roupas e artigos de higiene e, para as crianças e bebés, vestuários e calçado, produtos de higiene infantil, livros e brinquedos de estimulação, alimentos específicos, mobiliário infantil e artigos de puericultura.



### 3.2 - O Projeto “A Bolachinha”

“A Bolachinha – ateliê do bebê”, foi o projeto vencedor da edição 2013 do Programa EDP Solidária. Este prêmio consiste numa linha de investimento social, promovida pela Fundação EDP e tem como objetivo o apoio a projetos que visem um melhoramento da qualidade de vida das pessoas que se encontram numa situação desfavorecida, a integração das comunidades que estão em risco de exclusão social e o investimento e divulgação do empreendedorismo social. Este programa apoiou mais de 260 projetos, contribuindo para melhorar as condições de vida de mais 650 mil pessoas encontradas em situações vulneráveis. O investimento foi feito para melhorar o acesso a infraestruturas em habitações próprias e centros de apoio a pessoas com necessidades especiais, para promover a inclusão de centenas de crianças em projetos e atividades lúdicas pedagógicas e ocupando milhares de horas nos seus tempos livres, apoiar a preservação de ofícios em desuso, como a tecelagem, artesanato, costura e cestaria, dando formação a profissionais e fornecendo equipamentos necessários, fomentar o envolvimento comunitário, promovendo a inclusão social no acesso a diversos serviços sociais, ajudar autarquias a implementar Hortas Comunitárias, através da distribuição de talhões, formação em agricultura e na promoção de boas práticas ambientais.

Esta relação entre a Fundação EDP e as instituições vai além do ato de financiar, uma vez que o Programa EDP Solidária assenta também no acompanhamento que a Fundação EDP faz das atividades aos seus parceiros, através da monitorização dos projetos e do impacto social por eles gerado.

Mais concretamente, o financiamento concedido à ADAV no âmbito do prêmio EDP Solidária, consiste na criação de uma estrutura dinâmica, uma pequena empresa social, direcionada para a formação e que permite dotar as famílias sem competências laborais certificadas de um conjunto de competências específicas na área da costura.

Este projeto engloba três vertentes principais: a vocação formativa, a componente ecológica e a vertente microempresarial. Tem como objetivos, a confeção de enxovais personalizados com a marca da Associação “A Bolachinha”; dotar de competências teórico-práticas, no ramo da costura, as mães acompanhadas pela Associação e que queiram aprender esta prática; gerar receitas com a venda dos artigos confeccionados; promover a ação social da ADAV; sensibilizar a sociedade e as famílias apoiadas, para a importância da reutilização dos bens e equipamentos; e, por fim, alertar para a responsabilidade social das empresas no sentido de serem parceiras da marca.

A Bolachinha e a Mini Bolachinha são as mascotes da ADAV, sendo que surgiram da constatação de que os meios financeiros que a Associação dispõe, bem como os apoios de que beneficia, não são suficientes para responder ao número crescente de pedidos de ajuda que são remetidos à Associação. Assim, estas mascotes, foram idealizadas por um grupo de voluntárias, e é por estas que as mascotes são

confeccionadas. As mascotes são oferecidas em troca de um donativo no valor de quatro ou cinco euros.

Este projeto, a nível financeiro, não se torna a maior fonte de rendimento da Associação, mas é uma quantia simbólica que vai ajudar sempre algumas famílias. Ainda assim, há certas ocasiões onde o rendimento proveniente da venda destes itens se torna maior. Dois exemplos dessas ocasiões são, em jantares e eventos organizados pela Associação, onde a maior parte dos convidados, se predispõe a comprar “a bolachinha” e, em eventos não organizados pela Associação, mas por alguém que esteja familiarizado com a missão e se identifique com ela. O último caso foi num casamento, onde os noivos quiserem dar uma “bolachinha” a cada convidado como forma de brinde.

Este projeto teve várias etapas. A preparação logística, tanto a nível burocrático, como em matéria de organização do espaço físico. O espaço do projeto situa-se nas instalações na ADAV, onde podemos encontrar uma sala de costura e uma “sala exposição”. Aí se encontram, para venda ao público, alguns artigos feitos neste âmbito. Outra etapa consistiu na aquisição de materiais; ou seja, foi necessário comprar mesas, cadeiras, máquinas de costura, diversos tecidos e artigos de retrosaria. Foram feitas entrevistas para selecionar uma costureira responsável não só para ensinar as mães interessadas, mas também para costurar alguns artigos expostos. Este processo foi feito a partir de uma candidatura à medida do Contrato de Emprego de Inserção do IEFP. Realizaram-se várias reuniões regulares com a equipa de forma a definir os objetivos e realizar um plano condutor deste projeto. Foi preciso divulgar o projeto junto das famílias, mais concretamente aquando da visita destas à Associação ou até por contacto telefónico. Por fim, foi necessário estabelecer contactos visando novas parcerias para o projeto, de forma a que ambas as partes beneficiem. Isto é, as empresas/instituições beneficiam por estarem ligadas a uma causa social e a Associação beneficia porque conta com mais um patrocínio que não só divulga a causa, como ajuda financeiramente.

No ateliê de costura foi oferecida uma formação certificada na área de costura a todas as participantes e foram dados Cursos de Gestão Orçamental e Doméstica.

No âmbito de “A Bolachinha” foram realizados workshops solidários, exposições da coleção “A Bolachinha”, foram apresentados publicamente os resultados e foi criada uma página do *Facebook*, dedicada unicamente a este projeto, que dava conta das novidades e mostrava o catálogo da coleção, de forma a que todos/as pudessem ver e, conseqüentemente, por via de uma maior exposição pública, existir uma maior adesão por parte de eventuais compradores.

Ações como esta, para além de traduzirem a busca de autofinanciamento, mostram que as IPSS em Portugal têm feito um esforço suplementar na procura e adaptação dos seus meios de comunicação *on-line* para a angariação de donativos e para dar a conhecer as suas atividades, bem como os valores inerentes à sua missão. As tecnologias de informação e de comunicação têm vindo a invadir profundamente

todas as atividades quotidianas do mundo, e, como tal, a fazer parte da matriz de todos os cenários com perspectivas de prosperidade social (Andrade e Franco, 2007).

Segundo Castro (2007), a Internet cresce à medida que mais pessoas têm acesso a ela, tornando-se assim, um meio de comunicação de *marketing* com bastante importância. “A Bolachinha” constituiu e ancorou o desafio de afirmação da Associação neste campo.

### **3.3 - O projeto “Mãe e Pai Coragem”**

O projeto “Mãe e Pai Coragem” foi mais um projeto levado a cabo e com resultados extraordinários. Este projeto levou à possibilidade de manter uma estrutura dinâmica de apoio social, desenvolvida com o objetivo de promover ações de sensibilização e informação e promover a integração das mulheres/mães com uma baixa escolaridade e com escassas competências profissionais no mercado de trabalho, uma vez que é sabido que estas mulheres se encontram mais expostas a vínculos contratuais precários. Ainda que um diploma escolar, independentemente do grau, não proteja da precariedade, verifica-se uma relação de sentido positivo entre escolaridade e rendimento; isto é, a tendência é que quanto mais baixa for a escolaridade, mais baixo será o rendimento.

Simultaneamente, a variável sexo introduz diferenciações importantes. Ser-se mulher, está associado muitas vezes a remunerações baixas, refletindo a vulnerabilidade feminina no mercado de trabalho, em particular das mulheres com qualificações escolares inferiores (Casaca, 2005).

No que toca às competências profissionais, a emergência destas está ligada à mobilidade, à flexibilização, à precariedade do trabalho e ao enfraquecimento das escalas de qualificação. Consequentemente, assistimos a um aumento das exigências profissionais. Hoje, o capital humano é considerado um diferencial competitivo para qualquer empresa que pretenda vencer, ou até sobreviver.

Outro objetivo deste projeto consiste na promoção e na integração dos homens/pais nas diversas atividades domésticas e familiares. Os homens e as mulheres estão a ser solicitados para dividir cada vez mais os afazeres domésticos, embora as mulheres ainda gastem o dobro do tempo com as atividades do lar. Araújo e Scaflon (2005), após uma ampla pesquisa, concluíram que a maior parte do trabalho doméstico continua a ser feito pelas mulheres e que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos (embora não nas tarefas domésticas).

Por fim, o projeto apontou também para a disseminação de boas práticas no âmbito da igualdade de direitos e deveres das mulheres/mães e homens/pais. O estabelecimento de igualdade de direitos entre homens e mulheres está relacionado

com o desenvolvimento das sociedades e, ao longo dos tempos, muitas mulheres e homens lutaram para que o seu papel fosse valorizado, de forma justa e igualitária. O conceito de igualdade de género implica que sejam tidas em conta as necessidades, os interesses, as competências e os talentos, tanto das mulheres como dos homens. A igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro.

Este projeto funcionou a partir do Gabinete de Apoio à Família, que dotou a Associação com um serviço sustentável, tendente a desconstruir estereótipos afetos aos papéis tradicionalmente atribuídos ao homem e à mulher, nos contextos laboral e familiar; ou seja, combater a ideia que existem tarefas que só são adequadas para homens e tarefas que só são adequadas para mulheres.

Tem como objetivos a disseminação de boas práticas no âmbito da igualdade de direitos e deveres entre mulheres/mães e homens/pais, dotando-os/as de competências que contribuem para a sua reinserção laboral. Promover e apoiar a reinserção social e laboral de mulheres/mães e homens/pais desempregados/as, ou em situação de empregos precários, contribuindo para o seu empoderamento individual, bem como coletivo. Dotar os elementos do agregado familiar de competências práticas ao nível da conciliação entre responsabilidades pessoais, familiares e laborais. As responsabilidades do trabalho profissional, tarefas domésticas e cuidados dos filhos não se confinam só à divisão tradicional dos papéis de género. Homens e mulheres necessitam de empregos que permitam o suporte económico das famílias, mas sem um nível de exigência que impossibilite a satisfação das necessidades familiares e pessoais.

Mais uma vez, as funções tradicionais que as mulheres exercem secularmente e que permanecem como encargo específico feminino, têm um carácter de invisibilidade social, sendo desqualificadas e desvalorizadas socialmente (Melo, 2005). O trabalho doméstico não se concentra só na limpeza e na arrumação, inclui também a socialização das crianças e a manutenção dos laços familiares, que são pouco visíveis para a sociedade. Para Bruschini (2000), a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais, associada à persistência de modelos de família do tipo patriarcal, pode aparecer como elemento extremamente condicionante à disponibilidade laboral, especialmente no lado feminino.

Contribuir para um desenvolvimento pró-ativo dos homens/pais nas tarefas de índole doméstica e familiar constitui outro dos objetivos. O conceito de equidade ainda se revela insatisfatório. Não só por parte dos homens, que adotam tendencialmente práticas discrepantes com as opiniões emitidas ou se sentem distantes quanto à repartição das atividades domésticas. Como também por parte das mulheres, que tendem a assumir tais tarefas como suas, aceitando ou relativizando a ausência de participação dos homens nas tarefas domésticas. Por outro lado, o fato de existir alguma ajuda por parte dos homens tem por base uma sobrevalorização que estes fazem desse

tipo de participação. Não se trata de uma função expressiva complementar que é exercida pelo homem, mas sim de uma expressão assimétrica dos papéis prejudicados da mulher.

Outro objetivo do projeto gira em torno da promoção de ações de sensibilização que sejam estruturadas em torno de questões afetas à igualdade entre homens e mulheres e à conciliação da vida familiar e profissional. Reforçar a vertente da educação parental com vista ao desenvolvimento e treino de competências pessoais, sociais, familiares e laborais. Divulgar os direitos e deveres das mulheres/mães e dos homens/pais nas esferas laboral, familiar e comunitária, promovendo o exercício de uma cidadania responsável. Divulgar e disseminar boas práticas no âmbito da igualdade entre homens e mulheres, contribuindo para desconstruir e derrubar estereótipos patriarcais retrógrados e tendencialmente discriminadores.

No que toca a este último ponto, os progressos realizados na União Europeia na promoção da igualdade entre homens e mulheres, contribuíram para melhorar as vidas das populações. No entanto, os papéis atribuídos a cada sexo continuam a determinar a tomada de decisões individuais fundamentais no que se refere à educação, ao percurso profissional, ao trabalho, à família e à fertilidade. Estas decisões, por sua vez, têm impacto nos campos económico e social. Por consequência, é do interesse de todas as pessoas que sejam oferecidas condições equitativas tanto às mulheres como aos homens, ao longo da sua vida.

A repartição de papéis entre homens e mulheres pode condicionar negativamente as escolhas individuais e limitar as potencialidades de ambos os sexos. A igualdade de género necessita de contribuição, de ajuda e da participação ativa das mulheres, mas também dos homens, até porque os homens também estão sujeitos a desigualdades.

Outro dos objetivos inerentes ao “Mãe e Pai Coragem” é apoiar a criação de condições de paridade na harmonização das responsabilidades profissionais e familiares, promovendo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho.

As mulheres e os homens continuam a viver a pobreza de modos diferentes; isto é, as mulheres estão mais expostas ao risco de pobreza, principalmente as mães solteiras e mulheres idosas. Os obstáculos ao emprego, resultam também em taxas de inatividade e de desemprego mais elevadas para as mulheres.

Alargar o âmbito geográfico de intervenção da ADAV é outro objetivo deste projeto concreto, não só na divulgação do trabalho que é feito pela associação, de forma a angariar mais ajuda e reconhecimento, mas também na criação de outras ADAV's pelo país, que não aquelas já existentes. Desta forma, um maior número de pessoas seria ajudado e a rede de trabalho entre instituições seria incrementada.

Um último objetivo passa por incentivar a participação das mulheres no mercado de trabalho, privilegiar as respostas de proximidade e uma intervenção familiar integrada. Seja através da realização de ações de informação e/ou sensibilização; seja através do acompanhamento personalizado e da monitorização de competências que vão sendo adquiridas; seja ainda pela promoção de uma partilha e troca de experiências; seja, por fim, pela divulgação de conhecimentos e apoios institucionais que se possam constituir como base de obtenção de benefícios para as pessoas acompanhadas pela Associação.

### **3.4 - Outras atividades**

Para além destes projetos, a Associação tenta manter ativas outras atividades. Nomeadamente as 'aulas de português para estrangeiros', oferta que se afigura pertinente atendendo ao aumento significativo do número de famílias estrangeiras acompanhadas pela Associação, e tendo em conta as acentuadas dificuldades de compreensão e de expressão da maioria destes agregados. Estas aulas são gratuitas e são dadas por professores/as reformados/as que são voluntários/as na ADAV.

O conhecimento da língua do país em que se pretende construir uma vida é essencial à plena integração dos imigrantes, pois o domínio desse idioma desempenha um papel decisivo para a sua capacitação enquanto cidadão e também na relação com a sua cultura.

As necessidades comunicativas daqueles que não têm a mesma língua materna que nós prendem-se sobretudo com as destrezas da oralidade e da escrita resultantes das situações da vida quotidiana, das interações com os portugueses nos diversos contatos da vida social e profissional e das tarefas que têm de cumprir (Grosso, Tavares & Tavares, 2008)

A Biblioteca da ADAV é mais um projeto conseguido por mérito de dois voluntários que construíram o espaço e conseguiram recheiar as prateleiras com livros para todos os gostos. Para além disso, tiveram ainda o trabalho moroso de etiquetar todos os livros e desenvolver um sistema de requisição destes mesmos.

A Biblioteca foi inaugurada em julho de 2015 e destina-se às famílias acompanhadas pela Associação. Conta com mais de 700 livros para todas as idades, com especial destaque para os livros dedicadas às crianças e aos jovens, visando a estimulação da leitura e o acesso à cultura e à informação.

Podemos encontrar livros para crianças, para jovens e até para adultos. A coleção contém desde livros educativos a romances. Uma panóplia de livros que atingem todos os gostos, de forma a incentivar hábitos de leitura.

A leitura é crucial para a aprendizagem do ser humano, pois é através dela que podemos enriquecer o nosso vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação.

Com a tecnologia a invadir cada vez mais as vidas de cada um/a, torna-se imperativo que se dê às crianças hábitos de leitura, o mais cedo possível. Por norma, a criança é o espelho dos pais, por isso é importante que o exemplo venha deles. A Associação incentiva os pais a ler para os/as mais pequenos/as, de forma a que os resultados se reflitam no futuro, com bons desempenhos escolares e com os adultos mais seguros e melhor preparados.

Para além desta atividade, de forma a divulgar o trabalho realizado pela Associação e para angariar o maior número de donativos possíveis, são realizadas diversas atividades todos os anos.

Há um esforço para que o número de campanhas de angariação continue a aumentar, se bem que tal nem sempre seja possível. Hoje em dia, há muitas associações de cariz social e quase todas apostam nas campanhas de angariação e na sua concretização em espaços que garantam sucesso às mesmas. Ora, as superfícies comerciais não podem saturar a sua imagem ao permitir diariamente campanhas, uma vez que isso pode afastar os clientes, ainda que as campanhas também sejam benéficas para essas mesmas superfícies.

A ideia de pedir donativos para garantir a sustentabilidade financeira das organizações é cada vez mais defendida por aqueles/as que trabalham neste setor, sendo, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma ideologia gestionária do setor. Mas pedir donativos financeiros às pessoas implica o seguimento de algumas regras e um certo protocolo. Primeiro que tudo, é preciso ir ter com as pessoas e explicar-lhe os valores da organização, de forma a que se identifiquem com eles. Às instituições cabe desenvolver equipas dedicadas para se consagrarem às angariações, contactando possíveis dadores, organizando eventos, candidatando-te a projetos de financiamento, entre outras medidas. A ADAV está a trilhar o caminho da aprendizagem necessária e gradual neste campo, sentindo a pressão de todos aqueles que são confrontados com esta evidência e com a necessidade de, em simultâneo, manter as suas linhas de intervenção.

Azevedo e Couto (2010) sugerem que a sustentabilidade das associações está diretamente relacionada com a redução da dependência do Estado e, conseqüentemente, com o investimento na diversificação de atividades. Desta forma, é necessário que as organizações consigam atrair novos financiamentos de fontes diversas. Só através desta gestão integrada e baseada em relações de ganho mútuo é que as Associações poderão continuar a servir a sociedade.

Todas as Associações têm necessidade de recrutar novos/as doadores/as. No entanto, o ciclo de vida de cada doador terá o seu fim, quer seja por impossibilidade de continuar a doar, por desmotivação ou pela pressão acumulada das organizações que solicitam. Assim, a mobilização de novos doadores e, sobretudo de pessoas que se identifiquem com a missão, é fundamental.

O planeamento de eventos tem-se revelado uma boa saída para promover o trabalho das associações, designadamente em termos de captação de recursos e de integração de pessoas. Neste particular, é preciso que aqueles que estão a organizar o evento estejam motivados, entusiasmados e, principalmente, empenhados, de modo a que os eventos sejam um sucesso. Todos e todas devem estar envolvidas/as, desde os líderes aos/às voluntários/as.

Na ADAV, podem destacar-se atividades como as corridas de BTT; espetáculos, como o “Recital de Piano e Guitarra”; as Jornadas Transdisciplinares da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra; a venda de livros “Para a melhor mãe do mundo”; as Sardinhas a favor da ADAV; a participação no Dia Aberto das Empresas; a Participação na Assembleia Geral da União das IPSS’s; a Participação no colóquio e exposição *Gaudium et Spes*, entre muitas outras atividades que acabam por ter consequências realmente positivas para a ADAV. Esta panóplia diversificada de soluções traduz tanto o vasto espectro do campo em que se movem hoje as associações do terceiro setor, quanto as dificuldades para garantir recursos que assegurem as atividades desenvolvidas pelas associações.



## Capítulo 4 – Metodologia

A Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata da ação desenvolvida durante o trabalho de pesquisa. Inclui um conjunto de procedimentos bem definidos destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade da pesquisa. Neste caso, não se trata de pesquisa fundamental, mas da realização de um estágio visando a conclusão do mestrado em sociologia. Ao mesmo tempo, estamos perante uma oportunidade de testar, na prática, procedimentos metodológicos aprendidos em contexto académico.

A primeira técnica que se afigura relevante referir é a *observação participante*. Esta, nos vários contextos em que é usada, visa a captação das significações e das experiências subjetivas dos próprios intervenientes no processo de interação social; o registo dos comportamentos, interações ou acontecimentos e a obtenção de pontos de vista adicionais através da experiência direta dos fenómenos.

Lapassade (1991), considera a existência de uma tensão entre participação e a distanciação, além de uma oposição entre o dentro e o fora no conjunto dos trabalhos contemporâneos sobre observação participante. Goetz e LeCompte (1984), por seu lado, sugerem que o planeamento de uma observação (participante) pode basear-se na recolha dos elementos necessários para contar uma história (quem, o quê, quando, onde, porquê e como).

Assim, através da participação, aproximo-me da ação, criando uma sensibilidade a aspetos que são importantes para os atores sociais. Apesar de não estar a experienciar as situações com as quais os atores sociais lidam, ou seja, os utentes da ADAV, tenho acesso, por via da participação nas dinâmicas, aos significados que daí resultam. Sei quais são as maiores carências, são-me relatados os problemas e estou em contato com as soluções fornecidas pela Associação.

Outra metodologia relevante é a *Investigação-Ação*, que tem como finalidade a melhoria das práticas nos diversos campos de ação. Por um lado, pretende-se obter melhores resultados naquilo que é realizado. Por outro lado, quer-se facilitar a relação das pessoas e dos grupos com os quais se trabalha. Desenvolve-se, assim, uma espiral de ciclos de planificação, ação, observação e reflexão.

“É uma metodologia que tem o duplo objetivo de ação e investigação, no sentido de obter resultados em ambas as vertentes: ação, para obter mudança numa comunidade ou organização ou programa; investigação, no sentido de aumentar a compreensão por parte do investigador, do cliente e da comunidade.” (Dick, 2000, *cit.in* Fernandes, s.d. p.4)

“De uma forma simplificada pode-se afirmar que a Investigação-ação é uma metodologia de investigação orientada para a melhoria da prática nos diversos campos da ação.” (Jaume Trilla, 1998 e Elliott, 1996, *cit. in* Fernandes, s.d. p.4)

“É, portanto, um processo sistemático de aprendizagem orientado para a praxis, exigindo que esta seja submetida à prova, permitindo dar uma justificação a partir do trabalho, mediante uma argumentação desenvolvida, comprovada e cientificamente examinada” (Jaume Trilla, 1998, *cit. in* Fernandes, s.d. p.4)

Mais concretamente, a primeira etapa consiste na planificação de uma atividade, a ação dessa atividade, observar o que se está a realizar, refletir naquilo que foi feito, de forma a melhorar os aspetos que não foram tão bem conseguidos, e extrair os resultados daquilo que foi conseguido, de forma a que a próxima atividade seja sempre melhor e mais produtiva que a última.

Ao iniciar o estágio defini quais eram as minhas intenções enquanto estagiária, de como queria estudar o funcionamento e o propósito da associação. Passei à fase seguinte, inserir-me na Associação e dedicar-me às tarefas que me eram destinadas e referidas anteriormente. Estudei os utentes (como iam parar à Associação, quais as maiores dificuldades, que ajuda precisavam), estudei as práticas (como é que essa ajuda se processava). Investi em opções alternativas de ajuda, que não as de prestar consultas e bens materiais, neste caso, em dinamizar sessões de informação e sensibilização. Participei em eventos e campanhas e avaliei os resultados. Refleti sobre quais foram as melhores práticas, o que resultou e o que não resultou. O que teve mais impacto na vida das famílias acompanhadas.

A *análise documental* constitui outra técnica a que recorri na realização do estágio. Consiste em analisar o conteúdo de documentos considerados relevantes, orientando-se basicamente para a representação, organização e localização das informações. Posteriormente, vai extrair-se uma reflexão objetiva dos documentos analisados, localizando-se, identificando-se e avaliando-se as informações obtidas nesses mesmos documentos.

A análise documental é realizada em fontes como sejam, por exemplo, tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, entre outros (Santos, 2000). Constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja revelando aspetos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Ao longo do estágio li e analisei todos os dossiers existentes na Associação relativos ao seu funcionamento, registos de casos, atividades e projetos. A leitura e análise destes documentos, recentes ou não, permite perceber, passo a passo, o que é necessário para levar com um projeto novo em frente. Permite saber como é a estrutura interna, como funciona e em que medida ajuda ou dificulta a missão da ADAV. Permitiu-me ter ideia que tipo de atividades eram realizadas todos os anos, de forma a que me inspirasse e organizasse eventos novos durante o tempo do meu estágio. Por fim, permitiu-me perceber quais são as maiores dificuldades que a Associação atravessa, especialmente a nível financeiro e, quais foram as maiores realizações conseguidas até à data.

## Capítulo 5 – Envolvimento na ADAV durante o estágio

### 5.1 - Contributo no gabinete de voluntariado

Nas consultas de psicologia luta-se pela prevenção de situações de risco, seja a nível individual, seja a nível familiar. Promove-se a realização de sessões de grupo, de forma a otimizar a intervenção psicológica com populações com características específicas. Realizam-se sessões de relaxamento. Promovem-se encontros que potenciam a coesão grupal, a gestão de conflitos e de emoções. E, à semelhança das consultas de serviço social, são definidos, em conjunto com as pessoas acompanhadas, os bens que precisam de levar para casa, seja ao nível de bens alimentares, produtos de higiene, bens para os/as bebés e crianças, bens de vestuário e calçado e artigos de puericultura.

Quando as pessoas atendidas chegam ao gabinete de voluntariado com o registo daquilo que vão levar para casa, os/as voluntários/as – papel que assumi durante a realização do estágio - que estejam no gabinete nesse dia procedem à entrega desses bens. Desta forma, estando o trabalho distribuído entre as técnicas e os/as voluntários/as, consegue-se atender um maior número de pessoas, e, conseqüentemente, garantir uma ajuda mais alargada. Se fossem as técnicas a dar também os bens materiais que elas próprias definiram isso causaria um maior gasto do tempo disponível e, conseqüentemente, seria difícil atender tantas pessoas, uma vez que cada caso/atendimento iria exigir mais tempo.

Como são os/as voluntários/as que têm uma melhor noção da quantidade de bens que estão disponíveis na Associação, é aos/às voluntários/as que cabe decidir que quantidade é dada de cada produto, de forma a evitar o desperdício e, principalmente, assegurar que todas as famílias têm direito; ou seja, evitar situações em que algumas famílias levam mais e outras não levam nada.

No caso dos bens alimentares, produtos de higiene e de puericultura não é preciso uma seleção tão pormenorizada. No entanto, no caso dos artigos de vestuário, a escolha recai muitas das vezes no utente. Deixamos as pessoas escolher a roupa que querem levar. Isso é possível porque a Associação tem agora uma vasta seleção de roupa para todas as idades e para ambos os sexos, dando oportunidade às famílias de escolherem artigos a seu gosto e que mais se adequam às necessidades.

O que acontece quando são as voluntárias a apresentar hipóteses de roupa, é que, por vezes, as pessoas a ser atendidas sentem-se renitentes em recusar alguma coisa, porque têm a ideia que por estarem a ser ajudadas não devem recusar nada e acabam por levar itens que não gostam. Daí resulta uma destas duas situações: ou esses artigos nunca são usados ou acabam no lixo. Assim, de forma a evitar situações destas ou até de pessoas com um gosto muito específico, tornando-se difícil a escolha de artigos que agradem, é recorrente que seja a pessoa atendida a ver e a escolher.

Aquando da entrega dos bens, é necessário registar no Dossier da Sede aquilo que foi dado a cada família, bem como em que quantidades esses artigos foram dados. O primeiro registo é feito de forma manual no dossier que está no gabinete de voluntariado e, uma vez por semana, duas voluntárias fazem o registo na base de dados no computador.

O registo dos bens dados, permite não só saber o que foi dado nos meses anteriores, perceber se, por exemplo, uma determinada família no mês anterior levou uma quantidade superior de um determinado artigo, saber que no próximo mês já não tem de levar tanta quantidade desse mesmo artigo, permitindo assim que não haja falta de géneros para outras famílias. Permite saber ainda, quais são os bens mais pedidos, os que são menos pedidos e quais são os bens que as pessoas pedem mas que a Associação não possui.

## **5.2 - Arrumação e organização de donativos, bens alimentares, vestuário, higiene e puericultura**

O financiamento através de donativos proporciona, quando é suficiente, o desenvolvimento das atividades e o prosseguimento da missão da Associação. No entanto, a principal limitação das doações é a ausência, em muitos casos, da previsibilidade e regularidade destes mesmos. Isto, não permite às associações como a ADAV agendar as suas ações a longo prazo, nem estabelecer orçamentos para planear o seu trabalho.

Para além disso, quando o recebimento de donativos tem um carácter pontual e os seus montantes são abaixo daquilo que seria ideal, não é possível assegurar as atividades que já estão ativadas e isso obriga as associações a ajustar o seu planeamento de acordo com os rendimentos que têm à sua disposição.

Quando a Associação, de certa forma, depende de donativos, são apresentados desafios e exigências com forte impacte nas práticas de gestão dos recursos que vão chegando, mas também, com impacte no que respeita à prática de ideias mais criativas, visando a angariação de fundos que se tornem regulares.

Apesar da recessão económica, continuam a existir pessoas que respondem afirmativamente aos apelos financeiros, desde que estes sejam claros, apelativos e dirigidos a pessoas que se identifiquem com a missão da organização.

Seja quando as pessoas se dirigem à Associação, seja quando há campanhas de angariação ou quando se vai buscar donativos a outras associações/lojas/empresas, é necessário que nas instalações da Associação estes donativos estejam sempre arrumados nos devidos lugares.

No caso dos bens alimentares, estes ocorrem frequentemente em cinco ocasiões. Às segundas feiras, o hipermercado “Continente” fornece uma quantidade significativa de produtos considerados inadequados para venda, seja porque estão

próximos do término de validade ou porque a embalagem está danificada. São dois voluntários que costumam dirigir-se a este hipermercado às segundas de manhã para buscar e deixar estes donativos na Associação. Ainda às segundas-feiras, outra voluntária passa pelo hipermercado “Pingo Doce” para recolher mais donativos que este hipermercado fornece, aquilo que eles chamam de “quebras”. Isto é, são geralmente produtos frescos como legumes, frutas, bolos e pão que já não estarão próprios para serem vendidos nos dias seguintes e, portanto, são doados à Associação. Para além disto, há uma pastelaria que diariamente fornece bolos e pão frescos, tornando-se uma preciosa ajuda, na medida em que todos os dias temos bolos e pão frescos para dar às famílias necessitadas.

Temos ainda o “Banco Alimentar Contra a Fome”, que todos os meses fornece, numa quantidade relativamente grande, vários produtos de mercearia, especialmente enlatados, massa, arroz e leite. Por fim, donativos provenientes da empresa “Pescanova”, que com grande generosidade enche as arcas frigoríficas da Associação sempre que estas estão vazias. A “Pescanova” contribui com diversos peixes congelados, bem como com carne congelada, algumas refeições pré-feitas, também congeladas, e ainda com leite.

Tudo isto exige uma logística de organização e arrumação eficaz e, sobretudo, muito tempo de voluntariado. Os frescos são imediatamente guardados em frigoríficos, de forma a que não se estraguem, e são dados em primeiro lugar, de forma a não causar desperdício, por serem produtos que mais facilmente perecem. Outros produtos frescos, como bolos e pão, são congelados quando não se conseguem dar na quantidade disponível às famílias no próprio dia em que chegam à Associação. Os congelados que chegam à ADAV são guardados nas várias arcas congeladoras e dados em menores quantidades, porque não se estragam tão rapidamente e podem ser dados em alturas em que já não há produtos frescos e mercearia diversa para dar.

Relativamente aos produtos de higiene, estes são fornecidos, geralmente, graças aos donativos dados pelos hipermercados ou são angariados em campanhas. É talvez uma das categorias onde se nota uma quebra maior, porque são pedidos muitas vezes, mas também porque são mais caros ou porque, por vezes, as pessoas, na hora de doar, têm sempre a alimentação como primeiro pensamento, ou porque têm uma relutância pautada pelo princípio de que é politicamente incorreto oferecer produtos de higiene a pobres (pois isso traduz um estereótipo de quem oferece em relação a quem necessita), o que o que deixa os produtos de higiene para um plano secundário e aquém da solicitação de que são alvo por parte dos utentes. No entanto, por a Associação saber que é um tipo de item muito pedido, realiza esforços para que estes sejam distribuídos da melhor forma possível. Por exemplo, um gel de banho de tamanho grande é sempre dado a uma família mais numerosa.

Os artigos de puericultura, geralmente, têm um preço elevado e, portanto, são bastante pedidos pelas famílias, uma vez que não têm rendimentos suficientes que

cubram a compra destes. São doados quase sempre por entidades individuais; ou seja, pessoas que têm filhos/as, mas que já não precisam desses artigos, seja porque compraram outros, seja porque os filhos já não precisam porque a idade assim o permite. Todos estes equipamentos, por terem um porte geralmente maior, são devidamente arrumados e organizados nas garagens que a Associação possui.

Os artigos de vestuário e calçado são doativos provenientes de diversas fontes, de entidades privadas; isto é, mais uma vez, quando os filhos crescem e a roupa lhes deixa de servir, os pais optam por dar essa mesma roupa à Associação; provêm de outras associações; chegam por via de devoluções, uma vez que às famílias acompanhadas pela ADAV, que levam a roupa, é expressamente pedido que, quando a roupa deixar de servir ao/à filho/a, devolvam a roupa em bom estado, para que possa ser usada por outros/as e, por lojas como a *Kid to Kid*, que doam diversas vezes vários artigos de roupa.

O processo de arrumação da roupa doada é ligeiramente mais complexo que a arrumação dos outros artigos. Isto porque a roupa requer primeiramente uma triagem. Quando a roupa chega à Associação, leva-se o mais rápido possível para a sala de separação de roupa, de forma a que não se acumule noutros lugares da Associação. Na sala da separação da roupa, as voluntárias veem se a roupa fica na Associação, se vai para a Loja Social, se vai para outras associações, se vai para África ou se vai para a reciclagem, caso não esteja em bom estado. Caso a roupa fique na Associação, é necessário colocar cada peça de roupa na caixa correspondente, visto que estas caixas são categorizadas por idade, sexo e tipo de roupa. Atualmente, estas caixas encontram-se nesta mesma sala e numa outra sala perto do Gabinete de Voluntariado e onde as/os voluntárias/os vão buscar a roupa nas horas de atendimento.

Para além disto, é necessário que o Banco da Maternidade e da Criança seja frequentemente organizado. Aqui estão produtos indicados especificamente para bebés e crianças pequenas. Podemos encontrar champôs e gel de banho, cremes específicos, fraldas de diversos tamanhos, iogurtes que não precisam de refrigeração, bem como boiões de fruta, toalhitas e papas, que têm de se arrumar consoante o prazo de validade e o tipo de papa, ou por característica, como, por exemplo, se são ou não sem glúten.

Mais uma vez, por ser uma sala com algum movimento nas horas de atendimento, porque chegam com alguma frequência doativos que aqui se enquadram e porque é necessário uma atenção particular com os prazos de validade, a arrumação e organização do Banco da Maternidade e da Criança tem de ser frequente e, por norma, entregue a uma pessoa que já está familiarizada com o espaço e com o sistema de organização.

### 5.3 - Dinamização de atividades lúdicas

Neste período de maior constrangimento orçamental do Estado, torna-se mais evidente a necessidade das associações e instituições investirem em outras formas de financiamento, de modo a garantir a sua sobrevivência e sustentabilidade económica.

A organização de atividades e angariação de donativos surge como uma dessas formas, a qual tem potencial de mobilizar recursos e, sobretudo, cidadãos com vontade de se tornarem ativos na cooperação para o desenvolvimento dos fins da ADAV.

Apesar de estas atividades visarem o reconhecimento público e a atração de novos fundos, não podemos descurar o facto de o principal objetivo ser a ajuda às famílias acompanhadas, que através destas atividades vão beneficiar de alguma coisa.

A Festa de Natal exige um espaço próprio para este evento e à semelhança do ano anterior, a última edição realizou-se no Pavilhão de Santo António dos Olivais, relativamente perto da sede da ADAV.

Este evento é um dos mais importantes eventos anuais organizados pela Associação, não só pela carga de trabalho que implica, mas, principalmente, porque é o evento que as famílias acompanhadas pela ADAV mais aguardam, especialmente os mais pequenos.

Ao aproximar-se o Natal, muitos pais, por mais que se esforcem para não dececionar os/s filhos/as, cheios/as de expectativas criadas pela publicidade e pelo ambiente em geral, dada a conjuntura económica atual, não conseguem responder às expectativas das crianças. Desta forma, com esta festa de Natal, estas crianças têm oportunidade de receber uma prenda, ainda que simbólica. Sendo extremamente complicado para a Associação arranjar prendas para todas as crianças, teve de se estabelecer um limite de idade e dinamizar uma campanha de angariação com o objetivo de obter presentes para esta data. Esta campanha contou com um método diferente. Os nomes das crianças estariam expostos, bem como a sua idade, e quem quisesse contribuir com uma prenda podia escolher a que criança queria dar essa prenda. Desta forma, as pessoas realmente acreditavam qual seria o destino daqueles brinquedos e sentiam-se mais atraídos a ajudar por ser um método não tão convencional nas campanhas de angariação.

Relativamente à organização do evento, este implicou então:

- Angariar uma quantidade suficiente de prendas para todas as crianças e que estas fossem adequadas ao seu género e idade; depois das prendas já todas reunidas foi preciso embrulhar todas e etiquetá-las com a idade e sexo correspondente.

- Fizeram-se também brindes para os/as jovens que não iam receber prendas por terem mais de treze anos, idade esta que foi estabelecida anteriormente pela organização.

- Contactaram-se todas as famílias para fazer o convite; contactaram-se também as/os voluntárias/os para levarem algum tipo de comida para o lanche que decorreu no final da entrega de prendas, de forma a que existisse comida para toda a gente e, após a festa, a comida que sobrou foi distribuída pelas famílias que estavam na festa.

- Foi necessário fazer as decorações do espaço bem como proceder à sua limpeza e preparação, de forma a que ficasse esteticamente adequado a uma festa de Natal.

- A banda musical foi a mesma que animou musicalmente a festa de Natal do ano anterior. Portanto, foi uma tarefa que exigiu menos dedicação, uma vez que só foi necessário retomar o contacto e não estar à procura de uma banda adequada.

- Criar dois cantos na festa destinados a pinturas faciais e modelação de balões, sendo que a parte das pinturas faciais ficou entregue a duas voluntárias e a parte da modelação de balões ficou sob responsabilidade de um profissional dessa área.

- Preparar a apresentação digital, que continha os nomes das crianças, de forma a serem mostrados aquando da entrega dos presentes.

- Criar uma *playlist* com músicas de Natal para crianças, para tocar durante a festa.

Imagem 1



*Espaço da Festa de Natal da ADAV – Presentes*



Imagem 2



*Espaço da Festa de Natal da ADAV – Concerto*

O Dia da Mulher foi mais uma data que a Associação quis celebrar, até porque a ADAV acompanha essencialmente mulheres. Achou-se importante celebrar um marco, a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, seja nos ambientes domésticos, seja nos políticos ou laborais. Aliado a isto, relembrar a transformação das representações que as mulheres têm de si próprias, pois há cada vez mais um reconhecimento da auto autonomia e poder de transformação da realidade a que é preciso dar um conteúdo visual e rememorativo. É importante celebrar os espaços já conquistados e inspirar novas práticas e ideias, mas é fundamental não esquecer que ainda há muita mudança que necessita de ser concretizada.

De forma mais concreta, esta data foi festejada com a preparação de brindes entregues às mães que se dirigiram ao evento. Para além dos brindes, procedeu-se à realização de pequenos enfeites, nomeadamente balões e frases sobre os direitos das mulheres, afixadas na parede, à vista de todos/as. Esses brindes eram constituídos por um conjunto de artigos de higiene e artigos de cosmética, uma prenda simbólica, apenas para assinalar um dia tão importante.

Imagem 3



*Decoração do espaço*

Imagem 4



*Lembranças*

A ADAV considerou importante celebrar o Dia do Pai, de forma a valorizar também o papel de pai, que por vezes fica em segundo plano quando comparado com papel da mãe. Ainda que os pais sejam uma minoria na Associação, a verdade é que devem também ser valorizados pelo seu empenho e esforço. A ideia é ter um dia para fortalecer os laços familiares e o respeito por aqueles que contribuíram para dar vida, criar e educar.

A celebração do Dia do Pai realizou-se no Campo de Santa Cruz, do outro lado da rua da sede da ADAV, com o objetivo de realizar um jogo de futebol entre alguns pais utentes da Associação. Na impossibilidade de ter presente o número de pais suficientes para constituir equipas, foram os filhos que ocuparam esse lugar. Após o jogo, a Associação criou as condições para um lanche partilhado, em que teve o valioso contributo das voluntárias, fornecendo comida para este mesmo lanche. Durante o lanche, as crianças tinham ainda espaços com jogos, de forma a que proporcionasse um bom ambiente entre pais e filhos/as.

Imagem 5



*Jogo de Futebol realizado pela ADAV*

Imagem 6



*Lanche realizado pela ADAV*

#### **5.4 - Dinamização de sessões de informação/sensibilização**

Informação, comunicação e relacionamento, são fatores fundamentais para qualquer pessoa, não só a nível profissional, mas também a nível pessoal. Especialmente nos dias que correm, com uma globalização que se impõe o conhecimento e o saber fazer.

Nas sessões de informação que a ADAV organiza, as pessoas acompanhadas e que se predispõem a participar, têm uma ótima oportunidade, não só para se envolverem com temáticas, sejam elas novas ou não, mas também para criar contactos e relações com os/as outros/as participantes e as pessoas da área em que estão envolvidas.

São momentos de novas realidades, novas experiências e novas convivências que se transformam em novas aprendizagens.

Para estas sessões de informação/sensibilização acontecerem é preciso um planeamento prévio que passa primeiramente pela definição do tema da sessão de informação/sensibilização. A escolha do tema tem de passar por uma leitura das necessidades da população-alvo da Associação; isto é, tem de se ter em conta quais são os temas que mais se adequam para as pessoas em causa, quais aqueles que podem contribuir para uma ou mais mudanças favoráveis, quais aqueles que vão criar impacte.

O segundo passo é escolher uma pessoa ou até mais que uma, para ministrar a sessão. Claramente, a pessoa escolhida tem de ser da área do tema decidido anteriormente e, preferencialmente, que o faça de forma voluntária, de forma a não implicar custos para a Associação. Neste campo, a ADAV conta já com algumas referências fixas; isto é, ao longo dos anos foram criados contactos e, portanto, sempre que possível, recorre-se a essas pessoas para ministrar a próxima sessão.

De seguida, é necessário definir uma data e uma hora que convenha a ambas as partes, neste caso, o/a profissional que vai dar a sessão e a ADAV. Na sua grande maioria, as sessões realizam-se às quartas feiras de manhã, porque é um dia que, por norma, não há tantos atendimentos no gabinete de serviço social.

O quarto passo consiste em realizar uma lista de possíveis mães e pais interessados e com disponibilidade. É importante que a escolha dos pais e das mães tenha em atenção o tema da sessão. Por exemplo, se a sessão de informação/sensibilização estiver relacionada com a temática desemprego, dá-se prioridade às pessoas que se encontram desempregadas. Para uma lista mais precisa, consulta-se a base de dados e a condição de cada pessoa e analisa-se se é adequada ou não à sessão em questão.

Contactar as mães e os pais que foram previamente escolhidos, torna-se o passo seguinte. Na lista que foi feita anteriormente, ao lado de cada nome, deve constar o número de telefone ou telemóvel e quando for feita a chamada deve-se assinalar nessa mesma folha qual foi a resposta. Se sim, se não, se talvez ou se não atendeu. Caso a pessoa não saiba ou não tenha atendido, volta-se a ligar mais próximo da data para obter uma confirmação.

Contando que cada sessão deve ter entre 10 a 15 participantes, é frequente ligar para um número superior a este. Isto acontece porque o número de confirmações telefónicas é sempre maior que o número de pessoas que efetivamente aparecem. Este é de facto um acontecimento bastante frequente, um número bastante significativo de pessoas que confirmam por telefone, acabam por não aparecer. Se há pessoas que avisam umas horas antes que não vão poder comparecer por algum motivo, a maioria dos que faltam não presta qualquer aviso ou justificação. Para além disso, nota-se uma grande rejeição por parte das pessoas quando estas são contactadas e convidadas a aparecer nas sessões. Isto pode dever-se a diversos fatores, mas as justificações mais dadas são, não viverem perto e, portanto, não lhes dá jeito a deslocação; por terem filhos pequenos e terem de ficar em casa a tomar conta deles; ou porque estão a trabalhar.

O penúltimo passo consiste na definição definitiva da lista de confirmações. Se o convite foi feito num intervalo de tempo consideravelmente grande entre o telefonema e o dia da sessão, volta-se a contactar todas as pessoas que confirmaram para lembrar da data e hora da sessão.

Em seguida, é criada uma nova lista já com as últimas confirmações, de forma a que, no dia da sessão, seja marcada a presença ou não dessa pessoa. Posteriormente, será guardado no ficheiro de cada utente, em que sessões participou.

Por último, é necessário preparar o material e a sala. O material consiste nas declarações a assinar por cada participante, uma concedendo o direito de recolha de fotos e imagens e outra reconhecendo a não responsabilização da ADAV relativamente a eventuais danos físicos ou morais.

A outra componente material consiste na atribuição de uma pasta com folhas, canetas e panfletos sobre a Associação a cada pessoa, de forma a que cada participante possa tirar notas e apontamentos e levá-los consigo.

É ainda necessário confirmar se o material informático está operacional para a sessão, seja o computador, o retroprojektor ou a tela. E por fim, dispor as cadeiras de forma a que estejam todas alinhadas corretamente, estando a sala adequada à sessão.

Em seguida, apresento sumariamente as sessões de informação e de sensibilização que foram realizadas durante o meu estágio curricular e, portanto, aquelas em que colaborei e participei.

### Sessão informativa sobre Alimentação Saudável

Quer as elevadas taxas de desemprego, quer os níveis de pobreza influenciam a capacidade monetária de acesso a alimentos. Desta forma, uma crise económica terá sempre impacto na segurança alimentar das populações. São situações como a de pais que renunciam à sua própria refeição para alimentar os filhos; aqueles que não comem corretamente porque necessitam do dinheiro para pagar as contas; os idosos que só comem sopa porque não têm dinheiro para mais; os que saltam refeições; os que compram mais barato devido a restrições financeiras, entre outras situações. O rendimento do agregado é uma das condicionante destas situações, assim como a perda de apoios sociais, gastos inesperados, acumulação de dívidas, etc.

O paradoxo que se assiste no campo da segurança alimentar encontra-se no facto de podermos assistir a fenómenos de subnutrição e fome, mas também a fenómenos de excesso de peso ou obesidade. No entanto, é certo que os indivíduos adotam diversas dietas que são consideradas menos saudáveis, com menor ingestão de frutas, bem como verduras e legumes, e uma maior ingestão de alimentos densamente energéticos, mas nutricionalmente pobres. Estes padrões de consumo podem ser explicados por uma necessidade de escolher alimentos de menos custo.

Esta sessão de informação foi dada por mim. Apesar de não ter formação específica, sempre foi uma área de interesse pessoal e à qual dedico muito tempo de pesquisa e leitura, adquirindo muita informação passível de ser partilhada com as utentes. Nessa medida, assumi o desafio de me integrar ativamente nas atividades levadas a cabo pela ADAV.

A sessão passava por saber qual seria o objetivo de cada pessoa e quais seriam os primeiros passos para atingir esse objetivo. Foram dadas dicas que estão contextualizadas com o período de crise que estas famílias atravessam. Nomeadamente, dicas para reduzir a quantidade de carne e peixe e para dar preferência aos frescos da época, se bem que orçamentos limitados podem ajudar a explicar a razão pela qual o consumo de produtos frescos se encontra relacionado com os indicadores de estatuto socioeconómico. Cozinhar porções maiores, de forma a que se possa

poupar tempo e dinheiro nas próximas refeições, foi outra dica fornecida, bem como algumas dicas a serem utilizadas no supermercado, algumas trocas inteligentes no que toca a alguns alimentos, ideias para aproveitar as sobras e um breve ensinamento sobre como ler os rótulos.

Foram entregues posteriormente questionários de satisfação aos participantes desta sessão e os resultados foram os seguintes: A sessão de informação sobre alimentação saudável contou com cinco participantes, todas do sexo feminino com idades de 28, 32, 37, 38 e 55. Uma participante era solteira, outra divorciada, outra casada, outra respondeu não sabe e outra respondeu 'não respondeu'. As zonas de residência eram a Sé Nova, Eiras, Almedina, Santa Clara e Olivais. Relativamente ao grau de instrução, três pessoas responderam que tinham concluído o ensino superior, outra pessoa respondeu que tinha concluído o 2º ciclo e outra pessoa respondeu que estava a frequentar o ensino superior. Três pessoas estão desempregadas, uma é reformada e a outra está à procura do primeiro emprego.

No que toca à avaliação da sessão propriamente dita, quatro pessoas avaliaram o tema como muito importante e uma pessoa avaliou o tema da sessão como importante. Quanto à avaliação da formadora, todas as participantes avaliaram em 5, sendo que a escala era de 1 a 5.

Relativamente ao nível de aprendizagem obtido, quatro pessoas consideraram terem aprendido muitas informações e uma pessoa considerou ter aprendido algumas informações. Por fim, três pessoas responderam que não mudariam nada na sessão, uma pessoa respondeu que mudava alguma coisa na sessão (acrescentar um *workshop* de comida vegetariana) e outra pessoa respondeu que mudava alguma coisa (acrescentar uma sessão prática).

#### *Sessão de Informação sobre Gestão doméstica e familiar*

A sessão informativa sobre gestão doméstica e familiar contou com a presença de duas voluntárias que conduziram toda a sessão. A ideia base era fornecer às mães, truques e dicas para gerir uma casa. Estes truques e dicas iam desde a limpeza da casa, organização e arrumação, receitas económicas e até, gestão económica e gestão familiar.

No que toca à limpeza, arrumação e organização, fez-se uma espécie de seguimento pelos diferentes compartimentos e equipamentos da casa, especificando o que deveria ser feito em cada divisão da casa. Não só foram partilhadas soluções genéricas, como alguns truques pouco convencionais usando produtos caseiros. Todas estas ideias levavam em conta a necessidade de terem de ser coisas económicas e que fossem adequadas para quem tem bebés e crianças em casa.

Nos dias de hoje fala-se em gestão orçamental e de que forma podemos poupar no nosso quotidiano. É necessário referir que é um erro comprarmos tudo em superfícies

comerciais, uma vez que os frescos são por norma melhores em mercearia ou supermercados pequenos. Ir às compras com crianças torna-se outro erro porque acabamos por levar mais do que aquilo que precisamos, dada a tendência das crianças para pegarem e quererem levar tudo aquilo que veem. Fazer uma lista daquilo que se precisa e apostar em marcas brancas são duas dicas fundamentais na hora de poupar e que fazem realmente diferença no final do mês

A parte da gestão familiar focou-se essencialmente em transmitir uma mensagem importante, a de que os homens/maridos/companheiros devem participar nas tarefas domésticas. A divisão das tarefas domésticas deve ser igualitária, foi esse o pensamento transmitido para excluir o pensamento de que os homens devem ajudar porque é à mulher que cabe a tarefa de tratar da casa.

Não é fácil mudar mentalidades e a verdade é que, muitas mulheres não se indignam o suficiente com o facto de serem elas a tratar de todas as tarefas domésticas. Inclusive, há mulheres que preferem fazer elas todo o trabalho sozinhas porque é à sua maneira que gostam. No entanto, temos de considerar que a maioria não abdicaria de uma ajuda da parte dos companheiros.

#### Sessão de informação sobre o Mindfulness na Educação Parental

Ser mãe e ser pai representa um enorme desafio, uma vez que, desde cedo, o pai e mãe são julgados pelo seu papel, não só pelas suas próprias atitudes enquanto pais e seres humanos, mas também pelas atitudes dos filhos. Ser pai e mãe está associado a uma mudança nos papéis, relações, rotinas e responsabilidades.

Quando os filhos mostram problemas de desenvolvimento, as dificuldades existentes aumentam mais quando se deparam com um novo ambiente ou realidade. A forma como os pais reagem a esta situação depende de diversos fatores, nomeadamente da sua capacidade para gerir o estresse, da capacidade de se autoavaliar e da sua base de apoio familiar (Margalit & Kleiman, 2006).

O estresse parental é referido como sendo a resposta emocional dos pais, relacionado com a personalidade dos filhos/as, bem como ao seu papel enquanto cuidadores, refletindo-se no ajustamento e comportamento das crianças (Margalit & Kleiman, 2006). Assim, o estresse parental afeta negativamente o comportamento dos pais que, por sua vez, tem repercussões no comportamento dos/as filhos/as.

O modelo de parentalidade *mindful* de Duncan (2009) diz que os pais que estão mais conscientes e aceitam as necessidades dos seus filhos através da utilização de práticas *Mindfulness*, podem criar um contexto familiar que permita uma maior e mais longa satisfação e realização na relação entre mãe/pai – filho/a. Trata-se então, de uma regulação emocional pelas práticas de prestar mais atenção, tomar consciência e controlar as alterações de humor.

Esta sessão foi dada por uma psicóloga que já tinha realizado algumas sessões deste âmbito na ADAV, e, portanto, é um dos casos em que dispensou a procura de um profissional porque a Doutora Mariana é sempre a primeira opção quando o assunto é o *Mindfulness*.

Considerou-se ser um tópico importante de discussão, de forma a ajudar os pais a lidar com o stress do quotidiano e consequentemente criarem uma melhor relação consigo mesmos. Mas também, com as pessoas que os rodeiam, especialmente em ambiente familiar. Foram fornecidas as ferramentas para uma atitude de perseverança e para desenvolver a capacidade de manter a consciência dos atos de cada um, de forma a atingir um equilíbrio pleno.

### II Edição do Dia Intensivo da Procura de Emprego

O desemprego é o maior reflexo da crise económica que o nosso país enfrenta hoje em dia. Para alguém conseguir arranjar um emprego é necessário que a oportunidade de emprego exista, e isso é exatamente aquilo que não está a acontecer. Devido aos altos juros (apesar das taxas de juro serem baixas, as pessoas em condição social frágil ou enquadradas em situações de capital de risco recorrem a mecanismos com taxas de juro elevadas), inflação e falta de investimento, o país estagnou na sua capacidade de fabricar, produzir, vender e consumir.

Procurar um novo emprego pode ser uma tarefa intimidante. Quer esteja desempregado/a ou pretenda fazer uma mudança de carreira, a procura por um novo desafio laboral bem-sucedido envolve horas de trabalho e uma grande dose de motivação.

Os trabalhadores com menos qualificações têm mais dificuldades em arranjar emprego, já que com a escassez de ofertas, enfrentam a concorrência dos que exibem habilitações superiores. Para além disto, estes trabalhadores menos qualificados são os que apresentam uma maior instabilidade laboral.

A procura de emprego tem vindo a sofrer algumas mudanças ao longo dos tempos, consequência das alterações no mercado de trabalho, mas também da adoção de novas tecnologias. Se, por um lado, temos pessoas que aceitam as mudanças e sabem modelar-se a elas, outras pessoas, especialmente séniores, vivem hoje numa situação de desemprego e têm dificuldades em regressar ao mercado de trabalho.

É perfeitamente aceitável continuar a usar os métodos tradicionais de procura de emprego, mas visto que as novas tendências vieram para ficar e mudaram radicalmente a forma de recrutar, a Associação tomou a iniciativa, pelo segundo ano, de criar um dia dedicado a uma formação que ajude as pessoas que nela são acompanhadas, a arranjar emprego, uma vez que uma grande parte dos utentes está desempregada.



A minha participação neste dia passou por dar uma ação de informação, em conjunto com uma voluntária e estagiária do Instituto de Apoio à Criança, em que na primeira parte se abordou as ferramentas online de procura de emprego. Estas consistiam, por exemplo, no uso do Twitter, que se torna um recurso e uma mais-valia para alguém que procura emprego nas redes sociais, já que é fácil de atualizar e de pesquisar por *tweets* relacionados com emprego; o YouTube torna-se outra ferramenta importante, na medida em que pode ser usado para fazer um vídeo de apresentação, em género de currículo; outras ferramentas referidas foram o Google alertas, o LinkUp e o Icote.pt;

Para além destas, falou-se de uma forma mais específica do LinkedIn, que constitui uma das mais populares ferramentas, e, por isso, deu-se-lhe um pouco de mais atenção, referindo quais os erros que não se devem cometer nesta plataforma, algumas dicas de utilização e regras de funcionamento.

Outra parte desta sessão foi dedicada à criação e preenchimento de um *curriculum vitae*. Para além de um exercício prático, deram-se algumas dicas de como se pode ter um bom *curriculum*, como o tamanho da letra e que tipo de informações se devem colocar, bem como alguns *websites* que têm alguns exemplos de modelos de currículos que podem ser usados.

Por fim, a última componente da sessão abordou as empresas de trabalho temporário, bem como a importância que estas adquiriram nos tempos de hoje, referindo quais as vantagens que estas têm para os trabalhadores e como funcionam e, por fim, fornecemos uma lista com algumas destas empresas.

Para além desta sessão, foram também feitas outras, nomeadamente sobre a gestão do estresse na procura de emprego, como lidar com a frustração de não conseguir o emprego obtido e uma sessão mais longa sobre entrevistas de emprego.

Novamente, foram entregues questionários de satisfação após cada sessão a cada um/a dos/as participantes. O Dia da Procura de Emprego contou com 10 participantes, sendo que 7 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino. As idades dos/as participantes eram de 22, 25, 29, 33, 36, 37,40, 40, 44 e um/a participante não respondeu.

Relativamente ao estado civil, 6 dos/as participantes eram solteiros/as, 2 casados/as e 2 divorciados/as. 5 residiam em Eiras, 1 em São Martinho, 2 nos Olivais, e 1 em Cantanhede. Outro/a participante não respondeu a esta questão. No que toca ao grau de instrução, 3 pessoas terminaram o 12º ano, 3 pessoas terminaram o 3º ciclo, 2 pessoas concluíram o ensino superior, 1 pessoa está a frequentar o ensino superior e 1 pessoa completou o 1º ciclo.

As instalações foram avaliadas como boas por 6 pessoas, muito boas por 2 pessoas e 2 pessoas não responderam. 9 Pessoas consideraram que o dia e a hora tinham sido apropriados e 1 pessoa não respondeu.

No que toca aos temas das sessões, as respostas mais dadas foram que os temas tinham sido importantes e muito importantes. Os formadores foram avaliados de 1 a 5 e as respostas mais dadas foram 4 e 5. Ao nível das aprendizagens obtidas, as respostas variaram entre terem aprendido muitas coisas e terem aprendido algumas coisas. Nenhum participante afirmou querer mudar alguma coisa nas sessões a que assistiu.

### Sessões de informação sobre Igualdade e Desigualdade de Género

Joan Scott (1998) diz-nos que o género é uma categoria historicamente determinada que não se constrói apenas sobre a diferença de sexos, mas sim para dar sentido a esta diferença. É uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem mulheres e homens, relações historicamente determinadas e expressadas pelos diferentes discursos sociais.

Para Stoller (1978) todos os indivíduos têm um núcleo de identidade de género, que é um conjunto de convicções pelas quais se acredita socialmente que é masculino ou feminino. Este núcleo da nossa identidade de género constrói-se na nossa socialização, a partir do momento da rotulação do bebé como menino ou menina.

Mais do que um suposto machismo, trata-se da dificuldade das pessoas que, ao reivindicarem a igualdade de direitos das pessoas que estão rotuladas como diferentes, não conseguem romper totalmente com os esquemas de perceção fundantes das relações de género, havendo uma reposição das hierarquias naturalizadas entre os géneros (Bourdieu, 1999).

Os desafios no que toca à igualdade de género são ainda grandes. É necessária uma transformação cultural, a desconstrução de valores sexistas, homofóbicos e racistas. As condições de inserção das mulheres na sociedade ainda carecem de ações públicas que têm de ser mais efetivas para que possam ser transformadas. A participação feminina no mercado de trabalho ainda se rege por condições degradantes e piores que aquelas que se verificam na população masculina, seja nas áreas de ocupação, no seu cargo e até na renumeração.

O trabalho doméstico não renumerado merece especial enfoque, isto porque ainda é pouco partilhado no interior da família e porque se configura como uma responsabilidade basicamente feminina. Acresce que se impõe uma série de limites à presença das mulheres em outras esferas da vida pública.

A articulação entre a responsabilização feminina pelas atividades de reprodução e inserção das mulheres no mercado de trabalho tem diversas perspetivas. A primeira consiste no impedimento à própria entrada no mercado de trabalho, resultando em trabalhos precários e horas de trabalho excessivas, ou até mesmo no desemprego. A segunda forma são os limites impostos às mulheres trabalhadoras. Desta forma, torna-se extremamente difícil ascenderem profissionalmente, terem cargos de direção e,

consequentemente, auferem rendimentos menores. À visão de mulher trabalhadora, mas que antes é vista como mãe e esposa com responsabilidades familiares, contrapõe-se a visão de homem trabalhador, com disponibilidade integral para o trabalho profissional.

As atividades domésticas naturalizadas como femininas traduzem-se em caminhos profissionais denominados como sendo próprios para o sexo feminino, nomeadamente as profissões relacionadas ao cuidado.

Entender as relações de género fundadas em categorias presentes em toda a ordem social, permite compreender não somente a posição de todas as mulheres, em particular, como subordinadas. Assim, torna-se importante abordar estes assuntos junto dos mais novos de forma a que fiquem sensibilizados.

Em parceria com o Instituto de Apoio à Criança, eu e a Filipa Gomes, estagiária do IAC, mas a realizar o seu estágio no Gabinete de Apoio ao Aluno e à família, e também aluna do mestrado em Sociologia, decidimos realizar sessões nas escolas onde ela tinha estado a estagiar. O tema a desenvolver nas sessões seria, fundamentalmente, as desigualdades de género.

As sessões ocorreram em duas escolas do distrito de Coimbra, a escola Inês de Castro e a escola de Taveiro. Depois de reunirmos com as diretoras da escola e responsáveis pelo Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, ficou decidido que as sessões se adequavam melhor às turmas do quinto ano e algumas do sexto ano.

As sessões tiveram como título: “E tu, Sentes-te Igual?” e foram realizadas dez sessões.

Não esquecendo que estávamos a falar para jovens de tenra idade, o nosso discurso tinha de estar em consonância com esse aspeto. Optámos por abrir a sessão com um vídeo curto<sup>2</sup> e que mostrava tudo aquilo que iríamos falar, de uma forma muito clara e direta, abrindo posteriormente a discussão para as seguintes questões:

- *O que é a igualdade de género?*
- *Achas que existe desigualdade de género?*
- *Quem tem mais facilidades em casa, no trabalho e no acesso à educação?*
- *O que é a violência de género?*
- *Como podemos promover a igualdade de género?*

---

<sup>2</sup> Trata-se do vídeo “Igualdade de género” <https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc>

## Resultados

As expectativas que tínhamos relativamente a estas sessões de informação e de sensibilização eram positivas. Tivemos como objetivo transmitir a nossa mensagem ao maior número de alunos e alunas possível. Contámos com a ajuda das pessoas que estavam por detrás da organização do Gabinete de Apoio à Família e ao Aluno para agendar as sessões, estando estas em concordância com as aulas de Formação Cívica de cada turma do 5º e algumas do 6º ano.

Soubemos desde logo que a nossa linguagem teria de ser entendida por aqueles/as que nos ouviam e, dada a complexidade do tema, essa era uma das maiores preocupações. Outra preocupação era que os/as alunos/as tirassem realmente proveito da sessão. Desta forma, achámos favorável abrir questões e debates, e não apenas definir conceitos e teorias. Primeiro, quando os/as alunos/as percebem que podem ser questionados/as sobre algum dos tópicos que estávamos a falar, a atenção com que estão torna-se imediatamente maior, e segundo, ao participarem e darem a sua opinião, torna-se incrivelmente mais fácil captarem a mensagem que queremos passar.

Desta forma, podemos concluir que não apenas pelo resultado dos questionários de satisfação, mas pela participação que a maior parte dos/as alunos/as teve, que foi um tema que realmente cativou e que despertou interesse e vontade de falar. No entanto, mais que interesse, queríamos consciencializar estes/as alunos/as, de modo a que pudessem refletir e até mudar a forma como pensam alguns temas.

Os conceitos de igualdade, desigualdade, género e violência eram relativamente entendidos por todos/as, ainda que tivessem alguma dificuldade em explicar ou exprimir aquilo que achavam. Por vezes, davam até exemplos da sua vida pessoal para comprovar aquilo que era dito ou até o contrário, davam exemplos para corromper aquilo que tinha acabado de ser dito.

Houve um particular cuidado para confrontar os/às alunos/as com um aspeto importante. Apesar de serem as mulheres que mais desigualdades sofre ao longo da sua vida, em alguns aspetos os homens também se encontram em desvantagem. Assim, nunca é demais referir que ambos os sexos sofrem de situações de desigualdade. Mas o sexo feminino continua em desvantagem.

As sessões não foram assistidas apenas pelos/as alunos/as, mas também pelo/a diretor/a de turma. Assim, conseguimos realizar inquéritos de satisfação também a estes/as. Em quase todas as turmas, as professoras concordam com aquilo que dizíamos e por vezes ainda acrescentavam alguma coisa que achavam relevante, até mesmo algum exemplo pessoal. Apenas uma das turmas tinha um diretor de turma homem, e as suas ideias foram muito contra aquilo que nós dissemos, de tal forma que fomos interrompidas muitas vezes. Ainda que a sessão tenha sido produtiva para os/as alunos/as, poderia ter sido ainda mais se não tivéssemos gasto tanto tempo a refutar as teorias do professor. Episódios como este relevam a necessidade de formar os formadores em matérias de educação cívica.

No final de cada sessão, distribuímos um pequeno questionário de satisfação a cada aluno/a. Na escola de Taveiro, as sessões foram feitas para 68 alunos/as. À primeira pergunta *“Gostaste de ação de informação a que acabaste de assistir?”*, 68 pessoas responderam “sim”, 0 pessoas responderam “não” e 0 pessoas não responderam. À segunda pergunta *“Gostarias de ter mais aulas deste género?”*, 66 pessoas responderam “sim”, 2 pessoas responderam “não” e 0 pessoas não responderam. À terceira pergunta *“Mudavas alguma coisa naquilo que foi dito?”*, 58 pessoas responderam “sim”, 10 pessoas responderam “não” e 0 pessoas não responderam.

Na escola Inês de Castro, as sessões foram feitas para 64 alunos/as. À primeira pergunta *“Gostaste da ação de informação a que acabaste de assistir?”*, 55 pessoas responderam “sim”, 4 pessoas responderam “não” e 5 pessoas não responderam. À segunda pergunta *“Gostarias de ter mais aulas deste género?”*, 63 pessoas responderam “sim”, 6 pessoas responderam “não” e 5 pessoas não responderam. À terceira pergunta *“Mudavas alguma coisa naquilo que foi dito?”*, 29 pessoas responderam “sim”, 29 pessoas responderam “não”, 5 pessoas não responderam e 1 pessoa respondeu “não sei”.

Um questionário de satisfação também foi aplicado aos/às professores/as que estavam com a turma que assistiram à sessão de informação e sensibilização. Todos/as os/as professores/as responderam positivamente às 3 perguntas, sendo elas: *“Acha importante os alunos terem este tipo de ações de sensibilização?”*, *“Acha que a escola e as associações locais devem investir neste tipo de educação para os alunos?”* e *“Acha que esta sessão de sensibilização veio contribuir positivamente para o dia-a-dia dos seus alunos?”*.

Imagem 7



Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos Inês de Castro

Ação de Sensibilização/Informação  
*“Senteste-te Igual?”*

Data	Hora	Turma	Sala	Diretor de turma
06/02/2017	12h00 – 12h45	5ºC	B3	
10/02/2017	12h00 – 12h45	5ºB	C12	
14/02/2017	12h00 – 12h45	5ºF	C11	
23/02/2017	12h00 – 12h45	5ºA	C7	
08/03/2017	08h30 – 09h15	5ºE	A12	
08/03/2017	10h20 – 11h05	5ºD	B3	

Horário afixado da Escola Inês de Castro

Imagem 8



Cartaz das Sessões

O dossier da SEDE é onde as/os voluntárias/os registam aquilo que é dado às famílias e em que quantidades. De forma a perceber quais são as maiores carências, quais os bens mais pedidos, os bens que a Associação não consegue fornecer em tanta quantidade quanto necessário e, até para perceber que tipo de bens cada família precisa mais, fiz uma análise extensa a estes dados.

Esta análise consistiu em registar todos os bens levados e fazer a contagem de quantidade levada ao longo do ano de 2016. Com esta análise, chegou-se à conclusão que em 2016, 91 famílias acompanhadas pela ADAV tinha um filho, 59 famílias tinham dois filhos, 26 famílias tinham três filhos, 14 famílias têm quatro filho e apenas 1 tinham cinco filhos.

No que toca ao vestiário foram dadas 147 camisolas/casacos/sweatshirts, 161 calças, 141 collants e meias curtas, 123 kispos, 119 pijamas, 110 t-shirts, 97 saias e vestidos, 92 calções, 92 fatos de treino, 86 cachecóis/gorros/luas, 79 babygrows, 75 bodies, 75 blusas e camisas, 55 cuecas, 39 chapéus e bonés, 32 camisolas interiores, 30 babetes, 20 fatos de banho, 19 casacos de lã e 15 botinhas de lã. Para além destes artigos, foram também entregues 141 peças de roupa de adulto, 21 peças de roupa de grávida e 181 pares de calçado.

Relativamente à mercearia, novamente por ordem do maior número de bens entregues para o menor número, foram dados 3044 pacotes de bolachas e bolos, 2170

enlatados, 1728 pacotes de massa, 1399 pacotes de leite, 1259 pacotes de arroz, 579 pacotes de açúcar, 436 pacotes de farinha, 299 embalagens de arroz, 251 garrafas de azeite, 214 embalagens de óleo, 122 pacotes de chocolate em pó, 85 embalagens de doces/compotas e 32 embalagens de sal.

Para além destes produtos que são os alimentos base e que são dados em maior quantidade e mais frequentemente, a ADAV entregou, ainda, fruta a 75 famílias, iogurtes a 73 famílias, sopas a 50 famílias, chocolates a 36 famílias, gelatinas a 36 famílias, legumes a 35 famílias, sumos a 30 famílias, batatas-fritas a 30 famílias, outros tipos de farinha a 30 famílias, pão a 20 famílias, especiarias a 13 famílias, queijos a 9 famílias, ovos a 9 famílias, molhos a 8 famílias, café a 8 famílias, gomas a 6 famílias, azeitonas a 6 famílias, frutos secos a 5 famílias, gelados a 5 famílias, papas líquidas a 4 famílias, pudim a 2 famílias e leite em pó a 2 famílias.

Por fim, em artigos de higiene, a Associação deu 132 embalagens de guardanapos e rolos de papel, 128 rolos de papel higiénico, 122 champôs, 92 recipientes de gel de banho, 72 pastas de dentes, 61 sabonetes, 54 embalagens de pensos higiénicos, 45 cosméticos, 43 detergentes, 10 escovas de dentes e 5 desodorizantes.

Em artigos para o lar e outros, foram entregues 103 brinquedos, 52 malas/carteiras/mochilas, 36 outros artigos têxteis lar, 19 artigos de material escolar, 17 lençóis, 12 livros, 8 almofadas, 8 artigos de bijuteria, 7 artigos de roupa interior para adulto, 3 redutores de sanita, 2 banheiras para bebés e 2 bicicletas.

Convém ainda acrescentar dois aspetos importantes, nesta contagem não entram os artigos que são dados nos enxovais, sendo que estes incluem uma quantidade significativa de roupa para bebé, produtos de higiene e artigos de puericultura. Para além disto, esta contagem terá sempre uma margem de erro porque por vezes os/as voluntários/as esquecem-se de registar no dossier alguns artigos ou podem ainda fazer uma contagem errada daqueles que foram dados.

É possível perceber quais são os bens mais pedidos pelas famílias e, portanto, futuramente, há um esforço a fazer para que esses produtos estejam em maior número na Associação, através de campanhas de angariação e pedidos diretos aos hipermercados. Pelo contrário, estes mesmos esforços têm de ser realizados para aqueles produtos que são pedidos, mas, por terem um valor mais elevado, não são angariados em quantidades iguais, quando comparados com outros produtos, de valor menos elevado.

Desta forma, conclui-se que o número de bens dados é elevado, no entanto o número de bens que cada família leva varia consoante a dimensão do agregado dessa mesma família; isto é, quanto mais numeroso for o agregado de uma família, mais produtos leva. Para além disso, o tipo de produtos que levam varia igualmente consoante as necessidades que a família em causa tenha. Por exemplo, se a família tiver muitos filhos reforça-se a parte alimentar infantil e produtos adequados a estas

idades; ou se a família morar numa casa nova, que não esteja mobilada, dá-se mais produtos têxteis/lar.

Não é demais referir que o número e o tipo de bens que é dado varia sempre consoante o *stock* existente na Associação. Nem sempre é possível concretizar os pedidos diários, por muito esforço que haja em racionar os produtos de forma a que todas as famílias tenham acesso a eles.



## Conclusão

O mundo associativo e as IPSS em particular têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante na organização das sociedades, o que pode estar associado à incapacidade do Estado em produzir bens e serviços que estão direcionados para a sociedade, que é, ela própria, cada vez mais heterogénea e desigual. Os cidadãos e a sociedade em geral esperam respostas sociais disponíveis e acessíveis a todos os que delas carecem. As instituições responsáveis para dar resposta a estas necessidades devem ser portadoras da capacidade de executar funções, garantindo a máxima qualidade. As preocupações tradicionais aliam-se agora à questão da gestão da qualidade enquanto alavanca para o aprofundamento e para o desenvolvimento da capacidade de respostas às crescentes e mais complexas necessidades sociais (Moniz, 2007).

O apoio social pode ser desenvolvido por serviços e equipamentos sociais de apoio às pessoas e famílias. Garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade, adequados à satisfação das suas necessidades e expectativas é um desafio que implica o envolvimento e empenho de todas as partes interessadas.

Desta forma, percebe-se o papel que associações como a ADAV têm na vida das muitas famílias que acompanham. É efetivamente notório a ajuda que é prestada e como isso muda o dia a dia destas pessoas, especialmente no que toca à ajuda prestada em termos materiais. Ainda que estas pessoas precisem muitas vezes de uma linha de orientação e de conselhos de como prosseguir a sua vida e como lidar com as adversidades que aparecem, a realidade é que, mais do que isso, estas famílias precisam de ajuda material. Precisam de alimentos para si e para o resto da família, precisam de roupa que os aqueça no inverno, precisam de material escolar para os seus filhos, precisam de produtos de higiene básicos para toda a família e precisam dos imprescindíveis produtos para bebés e crianças, de forma a que estes se desenvolvam da forma mais saudável possível.

Como foi referido, com o avançar da crise, os pedidos de ajuda passaram a ser em maior número e alguns desses pedidos requerem uma ajuda complexa de várias frentes. Assim, torna-se complicado para a ADAV e outras associações deste género, conseguir prestar ajuda a todos os pedidos que recebem. No caso da ADAV, o apoio financeiro que recebe da Segurança Social não consegue abarcar nem metade dos pedidos que tem em mãos. Desta forma, há um esforço diário em criar soluções alternativas, nomeadamente formas de angariar mais produtos.

Assiste-se ao enfraquecimento da intervenção direta do Estado e dos agentes sócio económicos tradicionais. Ao mesmo tempo, é possível assistir à ação de novos atores da ação social, instâncias mediadoras entre o cidadão e o Estado, entre os quais estão as IPSS. Isto pode ser entendido como um sinal de mudança no sentido da expressão da participação social. Ainda assim, torna-se imperativo que o Estado tenha uma atitude mais participativa e que apoie mais estas associações, de forma a que os

encargos burocráticos sejam menores e que se possam focar mais nas respostas e serviços sociais, porque é isso que realmente vai ajudar as pessoas em situações vulneráveis.

Para além deste fraco apoio do Estado e da dificuldade extrema em ajudar todas as famílias que necessitam, outro problema abordado foi a dependência que a Associação tem em relação aos/às voluntários/as. Como foi referido, se de certa forma isto traz vantagens, na medida em que não há gastos salariais, por outro lado pode não existir um comprometimento tão grande da parte dos voluntários, porque não é um trabalho diário nem uma responsabilidade fulcral para a sua sobrevivência.

No entanto, importa referir que, uma vez que a ADAV não tem meios para contratar funcionários/as, a adesão por parte dos/as voluntários/as é extraordinária. O que contraria em grande escala as percentagens relativas ao número de voluntários em Portugal. Isto é, as IPSS em Portugal apresentam um perfil bastante diferente das IPSS nos restantes países, uma vez que os níveis de voluntariado social são bastantes reduzidos. Isso para além de serem fortemente dependentes do Estado, ao nível dos recursos materiais e humanos, e a sua gestão estar fortemente orientada para a parte financeira, e não para a melhoria da qualidade dos serviços e respostas sociais.

“O voluntariado contribui para a produção económica global e reduz a carga sobre os gastos do Governo” (Unites Nations Volunteer, 2001).

Se os níveis de voluntariado em Portugal não são os mais favoráveis, os valores relativos à ajuda prestada pelos cidadãos em termos de doações também não é o mais favorável. Novamente, a ADAV será uma das diversas Associações que não estão enquadradas nestes valores.

Ainda que se note uma quebra de doações nos últimos anos, a realidade é que estes continuam a ser fundamentalmente o meio possível para ajudar as famílias necessitadas. Sem o apoio alimentar recebido diariamente dos hipermercados, Banco Alimentar contra a Fome e pastelarias, sem o apoio ao nível de vestuário e calçado recebido por particulares que se dirigem à Associação, e até por outras Associações, sem os produtos recebidos em campanhas de angariação, não seria possível distribuir, diariamente, dezenas de produtos às famílias que vão fazer realmente a diferença no seu dia-a-dia.

No que toca à realização do estágio curricular na ADAV, cumpriu em grande parte as minhas expectativas iniciais. Isto é, sabia desde cedo que o estágio exigia de mim um grande esforço físico, especialmente em dias de atendimento e nas horas de arrumação dos donativos. Consegui ter contato direto com as famílias acompanhadas o que se tornou bastante benéfico na compreensão das dificuldades que estas atravessam e em perceber que a maior parte destas pessoas carecem não só de bens materiais, mas também de um acompanhamento psicológico, de forma a que os seus problemas tenham um caminho orientado para a solução. Desta forma, o que se tornou

mais vantajoso para adquirir conhecimentos e competências foi o meu contributo no gabinete de voluntariado e o meu contributo da dinamização de sessões de informação e sensibilização, isto porque, exigiu de mim uma pesquisa quanto às maiores carências (não materiais) que as pessoas acompanhadas pela associação têm, para que, posteriormente, fossem organizadas sessões que estão de acordo com essas carências.

Por outro lado, aquilo que ficou aquém das minhas expectativas foi o facto de não ter contribuído na realização de consultas de cariz psicológica e de serviço social. Sabia que seria difícil, ser eu própria a dar essas consultas uma vez que muitas dessas consultas resultam por haver um à vontade relativamente grande entre utente e psicóloga/assistente social e eu era uma “cara nova” pela associação, no entanto fiquei desiludida por não ter assistido, pelo menos, a algumas dessas consultas. Apesar de me ter informado sobre aquilo que é realizado dentro das consultas, iria ter outra perspectiva e informações mais detalhadas se a minha vontade de estar presente em algumas consultas, se tivesse concretizado.

O estágio foi benéfico não só em dar-me alguma experiência laboral, fiquei a perceber como é a estrutura de uma associação deste cariz e como o funcionamento se procede, quais são as maiores carências (burocracia e recursos financeiros) e quais são os pontos fortes (as dezenas de famílias que conseguem ajudar e a diferença que fazem na vida de muitas pessoas). O estágio pôs-me em contato direto com uma realidade mais vulnerável, onde é necessário entender cada caso como um caso especial e arranjar soluções diferentes todos os dias. A maior dificuldade que enfrentei foi a gestão de tempo, isto é, como o trabalho na ADAV consegue ser tão extenso, por vezes era extremamente difícil conseguir realizar todo o trabalho que me competia dentro da associação e ter tempo para concretizar o trabalho de pesquisa necessário para realizar este relatório de estágio. Concluindo, considero o estágio na ADAV um sucesso, uma vez que a maior parte das minhas expectativas e objetivos foram cumpridos.

## Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). (Des)equilíbrios Familiares. Lisboa: Quarteto.
- Almeida, et al. (1992). Exclusão social: Fatores e tipos de pobreza em Portugal. Oeiras: Celta Editora.
- Andrade, A., & Franco, R. (2007). Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos. SPI – Sociedade Portuguesa da Inovação.
- Anheiner, H. (2005). Nonprofit organizations theory, management, policy: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Araújo, C., & Scalón, C. (2005). Género, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV.
- Ausloos, G. (1996). A competência das famílias. Lisboa: Climepsi.
- Abreu, M. (2009). Glossário de Fundraising. Lisboa: call to action.
- Azevedo, C. & Couto, P. (2010). Desempenho, sustentabilidade e eficiência económica em OSFL. Em: Franco, R., Azevedo, C., & Meneses, J. (2010). Gestão de organizações sem fins lucrativos – o desafio da inovação social. Porto: Vida económica.
- Bauman, Z. (1999). Trabajo, comunismo y nuevos pobres. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Bruschini, C. (1996). Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição económica das mulheres para a sociedade? Águas de Lindóia: Trabalho apresentado no II Congresso Latino Americano de Sociologia no Trabalho.
- Bruto da Costa, A. (1998). Exclusões Sociais. Lisboa: Gradiva.
- Black, E. (1988). Families and larger systems. New York: Guilford Press.
- Capucha, L. (2000). Pobreza e exclusão social. Velhos e novos problemas sociais. *In* Pinto, J. & Dornelas, A. (eds), Pobreza, Exclusão: Horizontes de intervenção. Lisboa: Casa da Moeda.
- Casaca, S.F. (2005b). Flexibilidade de emprego, emprego e relações de género. A situação de Portugal no contexto da União Europeia. *In* Kovács (org.) Flexibilidade de emprego. Riscos e oportunidades. Oeiras: Celta Editora, pp. 55-84.
- Castel, R. (1992). “De l’exclusion comme etat à la vulnerabilité comme processus”, *in* Affichard, J., Foucauld, J.B., Justice Sociale et inégalité. Paris: Espirit.
- Castro, J. (2007). Comunicação de Marketing, 2ª Edição Revista e Aumentada. Lisboa: Sílabo Gestão.
- Coelho, R. & Aquino, C. (2009). Inserção laboral, juventude e precarização. *Psicologia Política*, 9 (18), 27-289.

Coletti, M. (1997). Las emociones del profesional. In M. Coletti, J. L. Linares (comp.), *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiencia de Ciutat Vella* (pp. 201-221). Barcelona, Paidós.

Comissão Europeia (2011). *Comunicação sobre as políticas da EU e o voluntariado: reconhecer e promover as atividades de voluntariado transfronteiras na EU. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, do conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões.*

Comunidade Solidária (1997). *Proposta de criação de centros voluntários. Relatório do processo de consulta.* Brasília.

Conduto, C. (2011). *CECD Mira Sintra, a qualidade é um percurso de todos para todos. Qualidade. Ano XL.*

Dorfman, L.T., Murty, S.A., Evans, R.J., Ingram, J.G., & Power, J.R. (2004a). History and identity in the narratives of rural elders. *Journal of Aging Studies*, 187-203.

Duarte, C. & Esperança, J.P. (2012). *Empreendedorismo e planeamento financeiro.* Lisboa: Edições Sílabo, LDA.

Fernandes, A.T. (2000). O pobre em luto pela cidadania. In Pinto, J.M. & Dornelas, A. (eds), *Pobreza, Exclusão: Horizontes de intervenção*, 45-58. Lisboa: Casa da Moeda.

Fernandes, Arménio. (s.d.). *A investigação ação como metodologia. Projeto SER MAIS.*  
In  
[http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESE\\_Armenio/TESE\\_Armenio/vti\\_cnf/TESE\\_Armenio\\_web/cap3.pdf](http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESE_Armenio/TESE_Armenio/vti_cnf/TESE_Armenio_web/cap3.pdf)

Gaulejac, V., Leonetti, L. (1994). *La lutte des places.* Paris: Hommes et perspectives.

GRAEBER, David. (2010). *On the Moral Grounds if Economic Relations. A Maussian Approach.* Open Anthropology Cooperative Press, Working Paper Series #6.

Gramsci, A. (1979). *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grosso, M., Tavares, M. (2008). *O português para falantes de outras línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento.*

Goetz, J. e LeCompte, M. (1984). *Ethnography and Qualitative Design in Educational Research.* Orlando FL: Academic Press.

Gonçalves, C. (2007). *Avaliação e Intervenção com Famílias Multiproblemáticas: Um olhar sobre os profissionais.* Dissertação de tese de mestrado em Psicologia Clínica, Cognitivo-Comportamental e Sistémica, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra

Gonzalez, M.C. (2000). Voluntariado en el colectivo de personas mayores. Documento de Ponencias da Jornada Regional de Voluntariado Valladolid: Junta de Castilla e León – Ministério de trabajo e assuntos sociais.

Guadalupe, S. (2009). Intervenção em rede- Serviço social, sistémico e redes de suporte social. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Hercowitz, A. (2002). Gravidez na adolescência. Ver. *Pediatr Moder* (S. Paulo).

Hertzog, A.R., & Morgan, J.M. (1993). Formal volunteer work among older americans. *In* S.A. Bass. London: Aurbun House.

Hudson, M. (1999). Administrando organizações do terceiro sector. São Paulo: Makron books.

INE – Instituto Nacional de Estatísticas (2017) *Rendimento e Condições de vida 2016*, Lisboa: INE, I.P ..

Landim, L., Scalon, M.C. (2000). Doações e trabalho voluntário – uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 letras.

Lapassade, G. (1991). *L' Éthnosociologie*. Paris: Méridiens Klincksieck.

Lima, F.C. (N.D). Gravidez na adolescência: Um paradigma não solucionado.

Linares, J. L. (1997). Modelo sistémico e família multiproblemática. In J. M. Colletti, & J. Linares, *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia* . Barcelona: Paidós

Lindsey, M.A., Lee, B.R, & Sullivan, F. (2009). Placement prevention for youth with mental health needs: Na in-home intervention program for children (IHIP-C).

Lopes, Licinio. (2009). “As instituições particulares de solidariedade social”. Almedina.

Lucas, F., & Pereira, H. (2009). Gestão das IPSS com valências diversificadas: Proposta de um modelo de referência de atuação estratégica dos dirigentes. Escola Superior de Gestão e de Tecnologia de Santarém.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

Lusa, A. (2009). De: <http://www.ionline.pt/conteudo/39256-foram-criadas-30-novas-ipssem-portugal-em-2009>

Lussi, C. (2009). Conflitos e vulnerabilidades no processo migratório. Centro scalabriano de estudo migratórios.

Marandola, E. (2008). Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano. Caderno de Geografia, Belo horizonte.

Melo, A. (2005). "Consolidação, visibilidade e reconhecimento: para uma economia social organizada, eficaz e sustentável." Gabinete de gestão aplicada.

Minuchin, S. (2007). Jay Haley: My teacher.

Minuchin, P., Colapinto, J. & Minuchin, S. (1998). Working with families of the poor. New York: The Guilford Press.

Moniz, I. (2007). Secretária de estado ajunta e da reabilitação. Modelo de avaliação da qualidade para lar de infância e juventude.

Neto, F.P. & Fraes, C. (2002). Empreendedorismo social – A transição para a sociedade sustentável (3ª edição). Rio de Janeiro: Qualitymark

NUNES, F., Reto, L., Carneiro, M. (2001). O Terceiro Sector em Portugal: Delimitações, Caracterização e Potencialidades. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP). pp. 20-94

Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise psicológica*, 15 (3), 357-388.

Paugam, S. (1997). La desqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté. Paris: Presses Universitaires de France.

Pereirinha, J. (1985). Pobreza em Portugal. Lisboa: Caritas.

Ribner, D.S. & Knei-Paz, C. (2002). Client's views of a sucessful helping relationship. *Social work*, 379-387.

Santos, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Sardinha, B. (2011). The economics of the volunteering decision. Tese de doutoramento. Évora: Faculdade de Economia.

Sargeant, A. & Jay, E. (2010). Fundraising management: analysis, planning and practice. New York: Routledge.

Simonet, Maud (2010), *Le Travail Bénévole. Engagement Citoyen ou Travail Gratuit?*, Paris, La Dispute.

Sleahitchi, Mihai, e Mihaela Gabriela Neacsu (2013), "Patterns of recognition of the competences acquired through volunteering: Romania-Republic of Moldova comparative study", *Procedia, Social and Behavioral Sciences*, 76, pp. 765-769.

Sousa, L. & Rodrigues, S. (2009). Liking formal and informal support in multiproblem low-income families: The role of family manager. *Journal of community psychology*.

Sousa, L. (2005). Familias multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto.

Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social. Lisboa: Climepsi Editores.

Sousa, L., Ribeiro, C. & Rodrigues, S. (2007). Are practitioners incorporating a strengths – focused approach when working with multi-problem poor families? *Journal of community & Applied social psychology*.

Sousa, S. (2011). Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica. Porto: Confederação nacional das instituições sociais.

Summers, J. A., McMann, O. T. & Fuger, K. L. (1997). Critical Thinking: A Method to Guide Staff in Serving Families with Multiple Challenges. *Topics in Early Childhood Special Education*, 17 (1): 27-52.

Szazi, E. (2000). Terceiro setor: regulação no Brasil. São Paulo: Peirópolis.

Teodósio, A.S. (2001). Programas de incentivo ao voluntariado: novos desafios para a ética gerencial. Buenos Aires: Associação Latinoamericana de ética, negócios e economia.

United Nations Volunteers, (2001). "Caring cities: volunteerism in urban development and the role of the United Nations Volunteers Programme".

Venture for fundraising, (2010). Resource mobilization: a practical guide for research and community based organizations. Manilla: Venture for fundraising.

Waisbord, N., Buchbinder, E. & Possick, C. (2012). In home intervention with families in distress: changing places to promote change. *Social Work*.

Wellman, H.M. (1990). The child's theory of mind. Cambridge: MIT press.